

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O fenômeno Miguel Mossoró: Um encontro com a política.

RAFAEL PÉRICLES FERREIRA A. DE MEDEIROS

Natal/RN

2006



RAFAEL PÉRICLES FERREIRA ARAUJO DE MEDEIROS

O fenômeno Miguel Mossoró: Um encontro com a política.



Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, sob orientação da Professora Conceição Fraga, para fins de obtenção da graduação em Bacharelado e Licenciatura no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal/RN

2006

AGRADECIMENTOS

A minha família.

Agradeço a Professora Conceição Fraga que me orientou e muito me incentivou na produção deste trabalho, me recebendo sempre com muita paciência e carinho. Aos Professores Raimundo Nonato, Helder Câmara, Wicliffe, Aurinete e Ferdinanda pela amizade ao longo do curso.

Um agradecimento especial a amiga de todas as horas, Micheline Angélica, que se fez presente em mais um momento importante de minha vida, gentilmente, revisando esse texto e incentivando-me desde os primeiros dias de ingresso na graduação. Agradeço ainda a Dona Ivani que sempre me recebeu com muito carinho em sua casa tratando-me como um seu.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos de faculdade e da vida em especial Hemeter Heberton, Leandro Batista, Lindemberg Irineu e Ricarkson pela amizade sincera e incondicional apoio nas horas alegres e nas mais difíceis.

Sumário

Introdução.....	4
Capítulo 1- A redemocratização e os novos atores políticos	
1.1- Alianças do Governo Militar e estrutura econômica	6
1.2- Castelistas e a linha dura.....	9
1.3- A política de distensão de Geisel.....	10
1.4- A política de extermínio.....	11
1.5- O Regime e a Igreja.....	14
1.6- A ditadura e a classe média.....	15
1.7- A ascensão do MDB e o reencontro com a política.....	17
1.8- A anistia política.....	24
1.9- A política nas três últimas décadas.....	27
Capítulo 2- As eleições municipais de 2004 em Natal	
2.1 A candidatura de Ney Lopes.....	36
2.2 A candidatura de Fátima Bezerra.....	39
2.3 A candidatura de Carlos Eduardo	44
2.4 A candidatura de Luiz Almir.....	45
Capítulo 3- Um fenômeno na política natalense : A onda 36	
3.1-A experiência do PT na Presidência da República e os desdobramentos na política local.....	50
3.2-A crise de esperança e a candidatura de Miguel Mossoró.....	56
Conclusão.....	67
Referência Bibliográfica.....	68
Anexos.....	69

Introdução

O Regime Militar do Brasil representou para a sociedade uma fase de violência, de tensão, onde os direitos pessoais e os limites do estado duelavam comumente resultando na vitória do segundo. Mesmo com o clima de tensão proveniente da forte repressão política, a economia estruturada nos anos do milagre econômico acabava por amenizar a tensão social. Esta tensão começa a crescer fortemente após 1974 até tornar insustentável o regime. Nesse período único da história nacional as formas de participação política foram as mais diversas, indo desde o enfrentamento direto que não logrou grandes êxitos, a exemplo da luta armada urbana e a guerrilha, passando pelas diversas formas de desmoralizar o regime como as greves, as denúncias dos jornalistas, o protesto dos artistas até chegar a efetivamente ao grito silencioso expresso no simples voto que levou ao reencontro da sociedade com a política dentro da esfera pública. Reconquistada a democracia, as formas de participação política foram mudando. A realidade brasileira e a classe política que sucedeu os militares acabaram novamente afastando essa sociedade da política, convocando-a em momentos pontuais como na campanha que depôs o Presidente Fernando Collor, e periodicamente a cada dois anos nos períodos de eleições municipais e gerais. Em 2002, na eleição do Presidente Lula, esta mesma sociedade viu-se motivada a alterar o quadro político nacional e mais uma vez temos um reencontro com a política. Em 2004, dentro da própria estrutura eleitoral consolidada na redemocratização surge uma surpresa, um fenômeno na Cidade do Natal.

A eleição municipal de 2004 em Natal revelou-se absolutamente atípica pela presença de um elemento novo, uma nova forma de participação política, encontrada por muitos para expressar sua revolta, seu protesto dentro da própria estrutura democrática em

vigência. Um senhor de 65 anos, militar aposentado foi o instrumento encontrado por mais de 67.000 pessoas para um novo encontro com a participação política.

Dessa forma, busco entender como e em que medida a sociedade natalense foi responsável pelo surgimento do fenômeno Miguel Mossoró que mudou a cara das eleições municipais de 2004 em Natal.

Este trabalho terá como objetivo contextualizar o cenário da redemocratização nas três últimas décadas, do fim do Regime Militar às eleições de 2004. Identificar, nas eleições municipais de Natal os diversos projetos políticos e perfis dos candidatos. Analisar o significado da candidatura de Miguel Mossoró.

A temática evidenciada neste trabalho será importante para a História do Rio Grande do Norte e a História de Natal, pois analisará um fato que para muitos foi tido como pitoresco, algo que acontece comumente em períodos de eleição, uma brincadeira, opiniões que não contemplam o real significado, suas origens e suas implicações na realidade local. A História de nossa Cidade é por demais carentes de estudos como o evidenciado nessa pesquisa pois nos autores de referência como Rocha Pombo, Tavares de Lyra, Denise Monteiro, Suassuna podemos identificar as temáticas ligadas a história econômica, muito raro sobre a história social e sobre a história política não é concebido fora da política partidária ou baseada nas ações das grandes lideranças políticas. Busco nesta obra a classe média, no funcionalismo público, a intelectualidade, e a sociedade como um todo o motor das transformações políticas e sociais.

Esta obra tem por recorte temporal 1974 que marca o ano da crise econômica, forte causa da desestruturação do Regime ao ano de 2004 quando foi possível verificar o surgimento do Fenômeno Miguel Mossoró. Como recorte espacial teremos o Brasil para falar do resurgimento da democracia e a cidade de Natal para analisar o fenômeno.

OBJETIVO
PRINCIPAL

OBJETIVOS
SECUNDARIOS

Para a elaboração desta obra realizei principalmente na construção do primeiro capítulo a pesquisa bibliográfica e no segundo capítulo a pesquisa documental. A obra de KUCINSK(2001) foi fundamental para entender como o Regime se construiu economicamente e suas relações com o empresariado e o capital externo. GASPARI(2003) e FICO(2004) me ajudaram a entender que no Regime Militar é possível identificar ao menos dois grandes grupos quebrando várias generalizações comuns à temática. O primeiro me ajudou ainda a entender as relações do governo com a Igreja, o funcionamento dos aparelhos de repressão e espionagem do regime e ainda como as forças de oposição conseguiram canalizar toda a revolta social em torno de um objetivo. DE ALMEIDA e WEIS(1998) me ajudaram a entender como se comportou a classe média durante a ditadura e como ela foi personagem fundamental na luta contra o Regime. ALVES(1974) foi fundamental para saber como os partidos políticos "recriados" após o fim do bipartidarismo se estruturaram e quais as tendências que os mesmos absorveram nos seus quadros. As informações que possibilitaram a elaboração dos capítulos 2 e 3 foram provenientes dos sites mantidos pelos próprios candidatos envolvidos na campanha de 2004, ou no caso de Miguel Mossoró mantido por simpatizantes de sua campanha e ainda da análise dos jornais a Tribuna do Norte e o Diário de Natal em edições entre os anos de 2003 e 2004. A respeito do jornal a Tribuna do Norte é importante elogiar o trabalho do setor de informática deste jornal que disponibiliza em seu site exemplares digitalizados desde de os mais recentes até edições de 1999 facilitando e muito a realização desta pesquisa, um exemplo a ser seguido pelos demais jornais do estado e do país.

No primeiro capítulo falarei sobre o fim da ditadura militar e o período da redemocratização abordando as temáticas da crise econômica, linha dura, Igreja, Classe Média, o surgimento do Movimento Democrático Brasileiro e a política nas décadas de

1980, 1990 e 2000. No segundo farei um relatório das diversas tendências envolvidas na campanha municipal de Natal em 2004. No quarto capítulo falarei sobre a experiência do governo do PT e os desdobramentos no governo local usando como objeto o resultado eleitoral da candidata Fátima Bezerra. Neste capítulo será mostrado ainda os diversos significados da candidatura de Miguel Mossoró à prefeitura de Natal.

Capítulo 1- A REDEMOCRATIZAÇÃO E OS NOVOS ATORES POLÍTICOS

Em 1974 a ditadura militar completa seus 10 anos e não mostrava sinais de que iria acabar. Geisel assume a presidência em um ano que vai ser revelada a fragilidade do modelo econômico. As lutas dentro do próprio Exército, o descontentamento da classe média, do empresariado nacional, da igreja, da intelectualidade e da sociedade como um todo. Os protestos e as campanhas pela abertura política, liberdade de imprensa, direitos humanos, anistia, democracia, movimento operário vão surgindo de forma absolutamente nova e sem precedentes.

1.1- Alianças do Governo Militar e estrutura econômica

O regime militar instalado no Brasil só foi possível graças a união de interesses de diversos setores da sociedade. As forças armadas sozinhas não teriam condições de dar sustentação a um regime autoritário por vinte anos. A estrutura econômica do governo era formada basicamente por um tripé de interesses que o sustentava.¹ De um lado estavam as empresas multinacionais que detinham a tecnologia da produção, as patentes e o capital para os investimentos, atuavam na produção dos bens de consumo. O empresariado nacional cuidava das negociações e elaborações dos projetos de investimentos, conheciam bem os corredores do poder, estavam a frente do comércio e do mercado financeiro. Na outra ponta estava o governo como garantidor da segurança dos investimentos, da estabilidade política e social e ainda das obras de infraestrutura e do fornecimento das matérias-primas fundamentais como o aço e energia, seguimento explorado pelas estatais. Esta estrutura produtiva funcionou muito bem até a crise do petróleo em 1973, provocado

¹ KUCINSKI, Bernardo. *O fim de ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 9.

pela Guerra do Yom Kipur, que abalou profundamente a economia nacional alterando toda a cadeia produtiva.

Após a Segunda Guerra os judeus iniciaram a organização do Estado de Israel com o aval da ONU(Organização das Nações Unidas) em 1947, no território da antiga Palestina. Um estado soberano, com um governo próprio e território definido. Imediatamente a criação do Estado de Israel os países árabes iniciaram um ofensiva contra os judeus. Foi organizado com o auxílio militar da União Soviética uma liga militar composta por formada por, Egito, Jordânia e Síria, com apoio do Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão.contra Israel. Em 1967 estava iniciada a guerra dos seis dias na qual Israel tomara a iniciativa atacar com o apoio dos Estados Unidos. Terminada a guerra, Israel incorpora os territórios da Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã. Nos territórios ocupados, os habitantes árabes tiveram, a partir de então, de viver subjugados aos seus inimigos. Em 1973, é iniciado a Guerra do Yom Kipur(referência ao dia do perdão judeu). Israel sai novamente vitoriosa, porém os países árabes(Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Argélia, Catar e Líbia), adotam como retaliação a redução na produção de petróleo o que afeto diretamente os países ocidentais sendo grandes aliados dos Israelenses.

A estrutura econômica montada nos anos 1950 e 1960, sobretudo ao que se refere aos transportes era altamente dependente do petróleo. A malha ferroviária nacional, que já era pouca, foi sensivelmente reduzida e os projetos de integração nacional passavam quase que exclusivamente pelas rodovias. O transporte público nas cidades era feito basicamente por ônibus. As fornalhas das fábricas que antes utilizavam como combustível a lenha ou carvão foram substituídos por fornos mais modernos que queimavam derivados de petróleo. Com o petróleo muito barato até 1973, os gastos com o transporte da mercadoria não impediam que as indústrias se instalassem longe dos centros consumidores.

O modelo da indústria brasileira, assim como toda a estrutura de transporte e o próprio funcionamento das cidades eram muito dependentes do petróleo que era quase em sua totalidade importado. Em 2006, a Petrobrás divulga em todos os veículos de comunicação que o Brasil atingiu a tão sonhada auto-suficiência na produção de petróleo, momento em que o mundo suspeita que o Irã tem um programa nuclear secreto e que isto pode desencadear uma guerra e, assim como em 1973, elevar os preços de petróleo a índices altíssimos. Porém, o papel que os militares, entre eles o próprio Geisel, que fora presidente da estatal, imaginava para a Petrobrás era algo bem diferente do conseguido em 2006. No período que antecedeu a crise do petróleo este era vendido a US\$ 1,80 o barril de 150 litros, mais barato que água mineral.² Neste período, os investimentos da Petrobrás para pesquisa e extração de petróleo eram os menores de toda a sua história. O governo acreditava que a condição de petróleo a baixo custo duraria muito tempo. Era muito mais barato a importação do que sua extração em território local.

A crise do petróleo provocou um verdadeiro colapso econômico no Brasil. As conseqüências mais imediatas foram: retração econômica brusca, aumento da inflação, desemprego etc. O país passou a gastar em 1974, sete vezes o que gastou em 1972 somente com a compra de petróleo, ou seja, 2,8 bilhões de dólares. Produtos como fertilizantes, resinas e outros produtos, também importados, fundamentais para a agricultura ficaram mais caros pela valorização do dólar. Os gastos extras que desequilibravam a balança comercial brasileira eram pagos com o pedido de novos empréstimos externos. Como resultado a dívida brasileira saltava de 5,3 bilhões de dólares em 1972, para 12 bilhões em

² Dados fornecidos por KUCINSKI, Bernardo. **O fim de ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 16.

1974 e 47 bilhões em 1980, chegando a ser a maior dívida externa do mundo.³ Chega ao fim os anos do milagre econômico, assim como a aliança entre o empresariado local, as multinacionais e o governo.

1.2-Castelistas e a linha dura

Geisel representa dentro do Exército a ala chamada de Castelista. Esta ala rivalizava com os chamados linha dura. O termo castelista surgiu na ocasião da ascensão de Castelo Branco a Presidente da República, o “Comandante-chefe do Exército Nacional” e líder do “Comando Supremo da Revolução”, em oposição ao Costa e Silva que seria apoiado pelos linha dura. Os castelistas eram tidos como os intelectuais do Exército. Era formado principalmente, pelos generais oriundos da artilharia e estudantes da Escola Superior de Guerra. O comando dos serviços de inteligência e espionagem estava sob a influência de castelistas. Golbery do Couto e Silva que se tornaria ministro e grande aliado de Geisel, assim como Figueiredo que o sucedera foram dirigentes do Serviço Nacional de Informações(SNI). Este órgão fora criado em 1964 para dar suporte, informações estratégicas para as decisões do presidente da República. Porém, este órgão passou a ser o centro de uma ampla rede de espionagem, e a dar suporte aos aparelhos de repressão fornecendo informações sobre supostos subversivos. Em oposição ao grupo castelista temos os generais da linha dura, que são em geral os generais de tropa. Estes são comumente apontados como os responsáveis pelos crimes cometidos pelo regime. Estavam a frente de um dos mais temidos órgão da repressão o DOI-CODI(Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), situado próximo ao III Exército no

³ Ver KUCINSKI, Bernardo. **O fim de ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 18

Rio de Janeiro. Este órgão era responsável pela repressão propriamente dita, as prisões, os interrogatórios, os desaparecimentos, em fim, pelo trabalho sujo ⁴. É possível então organizar a máquina repressiva militar em dois blocos, o bloco responsável pela comunidade de informações (SNI), sob o controle castelista e a comunidade de segurança (CODI-DOI, DOPS⁵, e os órgãos de informação dentro dos ministérios CIE⁶, CISA⁷ e CENIMAR⁸), sob o controle dos duros. Em relação ao CODI-DOI, organizado em 1969, FICO(2004), afirma que era uma força tarefa composta pelos melhores homens e mulheres de todos os órgãos de segurança do país. Entre estes o Exército, Marinha e Aeronáutica, polícias civis e militares e ainda os bombeiros e a polícia feminina.

1.3-A política de Distensão de Geisel

Os integrantes da linha-dura defendiam o endurecimento do regime e eram absolutamente contra o que Geisel propunha com o que chamava de distensão. A distensão seria o tema da primeira reunião ministerial de Geisel que afirma:

” enviaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64...”⁹

Os fatos que se sucedem contrariam plenamente as palavras de Geisel. A distensão deveria ser conduzida de forma lenta, gradativa e segura. Que estivesse claro, que o governo poderia lançar mão de atos excepcionais, para garantir a segurança e o próprio

⁴ FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.29-60.

⁵ Departamento de Ordem Política e Social

⁶ Centro de Inteligência do Exército

⁷ Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

⁸ Centro de Informações da Marinha

⁹ KUCINSKI, Bernardo. **O fim de ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 14.



amadurecimento do processo democrático, ou seja, poderia haver retrocessos. Os militares da linha dura temiam que o processo de distensão chegasse até eles e que seus crimes de tortura, os assassinatos e os desaparecimentos fossem revelados.

1.4-A política de extermínio

Em 1974, chega ao apogeu a política de extermínios de presos políticos. As versões oficiais que antes eram justificadas como tiroteios em resistência a prisões, atropelamento em fugas ou ainda suicídios, nesse momento, são substituídos por uma nova modalidade. Os perseguidos simplesmente têm que desaparecer. Geisel em uma conversa com Germano Arnoldi Pedroso sobre um grupo de pessoas presas no Paraná proveniente do Chile afirma:

- Pegaram alguns?(Geisel)
- Pegamos. Pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos(Arnoldi)
- E não liquidaram não?(Geisel)
- Há, já, há muito tempo. É o problema não é? Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo de guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde, Eles não tem o mínimo escrúpulo.(Arnoldi)
- É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, pra não ficar vestígio nessa coisa.(Geisel)¹⁰

Este depoimento nos leva novamente a fazer referência ao artigo de FICO(2004) ao que se refere à participação efetiva dos castelistas nas torturas e mortes praticados pelo regime. Em referência ao Governo Castelo Branco

“durante o seu governo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições "revolucionárias"; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que

¹⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São.Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 387.

instituiu a noção de "guerra interna"; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. . Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria freqüente no pós-68).”¹¹ ...“foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder.”¹²

A idéia de que Geisel sabia da existência da tortura é bem clara também nas palavras de GASPARI(2003):

“Ao defender a permanência de Miltinho(Milton Tavares de Sousa que relatara o que vinha ocorrendo no Araguaia) na chefia do CIE, é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio”¹³.

Posiciono-me a favor da posição de GASPARI(2003) e de FICO(2004) de que Geisel tinha absoluta ciência do que ocorria nos porões. Porém outros autores como KUCINSK(2001) afirmam que os órgãos ligados à repressão, ou seja, a linha dura, negavam informações ao governo, que a presidência não sabia das prisões, das torturas e dos extermínios praticados dentro dos porões da ditadura. Em 1974 na ocasião da reunião entre o general Golbery e cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo, na ocasião em que este entrega uma lista de desaparecidos com 22 nomes exigindo esclarecimentos sobre seu paradeiro. Sobre este assunto o autor afirma que:

“...Golbery prometeu a Dom Paulo que os desaparecimentos seriam esclarecidosmas os órgãos de repressão negam as informações ao próprio presidente e seu assessor principal. É o começo da crise dos desaparecidos que desmoraliza o governo Geisel logo no seu início, já que ele se mostra incapaz de cumprir suas promessas de respeito aos direitos humanos no primeiro teste que se apresenta.”¹⁴

¹¹ FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.29-60.

¹² Idem.

¹³ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São. Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 388.

¹⁴ KUCINSKI, Bernardo. **O fim de ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p 32.

A idéia que tenho é que o governo não possuía alternativas para barrar os duros. Ficava em cima do muro e muitas vezes fazia um jogo duplo entre os duros e a sociedade. A anistia, quando conquistada efetivamente, dava perdão aos que cometeram crimes políticos contra o regime assim como os que torturaram mataram e barbarizaram durante anos bem a vista do governo. Crimes como a morte do estudante Alexandre Vanuchi provocou grande comoção social reunindo em sua missa 3.000 pessoas, a morte do jornalista Vladimir Herzog é visto como uma tentativa desesperada de barrar a “distensão” de Geisel. Em sua missa celebrada por Dom Paulo Evaristo contou com a participação de 8.000 pessoas e temendo um conflito direto com as tropas do exército Geisel desloca-se pessoalmente a São Paulo. A morte do jornalista tira definitivamente da escuridão a tortura no país representando para muitos autores a grande virada rumo à democratização.

“A tortura e morte de jornalista Vladimir Herzog...no auge da selvagem temporada de caça aos comunistas, foi uma tentativa da ultradireita de estrangular a controlada abertura em gestação, pareceu extinguir a luz no fim do túnel”¹⁵

Essas atitudes por parte dos duros acabaram dando ao governo Geisel a possibilidade de impor um certo controle a eles mesmos. As principais ações como já foi dito anteriormente partiam do DOI-CODI e estavam sob a orientação, ou acontecia ao menos com a ciência do General Ednardo D’Ávila de Melo que era o comandante do II Exército. Outra morte dentro das dependências do DOI-CODI é registrada, divulgada e noticiada em 17 de janeiro de 1976, a do operário Manoel Filho Neto, esta seria a pretexto que Geisel usa para afastar o general Ednardo e colocar em seu lugar um general de sua confiança. É bem sabido que isto limita apenas temporariamente as ações dos duros. Haja

¹⁵ DE ALMEIDA, Maria Fermínia e WEIS, Luiz. Carro Zero e pau-de-arara: o cotidiano de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador) **História da Vida Privada no Brasil** v. IV. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, p. 335.

vista, a realização de outros atos de terrorismo de Estado como o atentado ao Rio Centro no Rio de Janeiro.

1.5-O Regime e a igreja

O golpe militar de 1964 acontece sob as bênçãos da Igreja que via na proposta de combate ao comunismo herético algo muito positivo. Existiam reuniões secretas entre integrantes do governo e a Igreja desde 1970. As reuniões contavam com a participação de bispos, leigos, militares e inclusive com representantes do SNI. As reuniões vinham ocorrendo desde o governo Médici e o grupo era chamado de Comissão Bipartite.¹⁶ Geisel classificava a Igreja entre o grupo dos cardeais bons e os ruins. Entre os bons estavam Dom Eugênio de Araújo Sales do Rio de Janeiro, o Cardeal Vicente Scherer de Porto Alegre e Avelar Brandão de Salvador. Entre os ruins estavam o presidente da CNBB(Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Dom Aloisio Lorscheides de Fortaleza e Dom Paulo Evaristo Arms de São Paulo. Os cardeais que Geisel classifica como ruins são os que estão mais engajados na defesa dos perseguidos políticos e dos direitos humanos.

Nas reuniões entre a Igreja e o governo comumente surgia algum ponto de atrito, algumas crises localizadas, como no caso da morte de um estudante em Sorocaba pela polícia, conflitos de terras em São Félix do Araguaia. Um atrito aconteceu especialmente com Dom Paulo Evaristo. Em 1973, quando o governo Médici cassou a rádio arquiocesana “Nove de Julho”, a maior das 118 emissoras católicas do Brasil que foi tirada do ar. Porém o que realmente envenenava as reuniões da Bipartite era a problemática da “Tortura”. O clima ficava tenso quando aparecia um bispo com um dossiê perfeitamente documentado de um caso de tortura.

¹⁶ Idem, p. 384.

Mesmo com todas as diferenças na posse do governo Geisel, Golbery consegue que os cinco cardeais, acima citados, estejam presentes. A Igreja tinha a esperança de que o novo governo pudesse acabar com os porões da ditadura.

1.6-A ditadura e a classe média

É de suma importância para o entendimento de como se construiu o processo de abertura política. Visualizarmos o papel da classe média no contexto do período da ditadura militar. O milagre econômico foi responsável por enlargar o espaço entre o topo e a base da pirâmide social fazendo surgir uma promissora classe média.

Porém, antes, é necessário entendermos algumas características do governo militar brasileiro, que nos fazem entender um pouco do sentimento que esta classe era envolvida. Como afirma DE ALMEIDA e WEIS¹⁷, o regime foi essencialmente uma ordem autoritária pouco institucionalizada. Suas regras eram cambiantes e a divisa entre o público e o privado foram móveis, variando em determinados períodos. Definir exatamente o que seria subversivo não era uma tarefa das mais fáceis. Os mesmos autores afirmam que existe uma infinidade de formas de resistência. Desde ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a um perseguido pela repressão até o engajamento em tempo integral na militância clandestina dos grupos armados. Entre esses dois extremos temos: assinar manifestos, participar de assembleias e manifestações públicas, dar conferências, escrever artigos, criar músicas, romances, filmes ou peças de teatro; emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos de organizações ilegais, abrigar um militante de passagem, fazer chegar à imprensa denúncias de tortura, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais, e assim por diante. Pode-se perceber então que praticamente não existe definição do que era permitido.

¹⁷ Idem, p. 327.

Sabemos ainda que era muito eficiente o aparelho de vigilância montado pelo governo que tinha como centro nevrálgico o SNI, além dos DOPS em cada estado que mantinha sempre atualizado registro dos perseguidos criando sempre a sensação de vigilância constante entre todos. Existiam agentes infiltrados nas Universidades, nos centros acadêmicos e outras organizações estudantis, nas fábricas e sindicatos.

DE ALMEIDA e WEIS¹⁸, classificam a relação entre o Regime e as classes médias em dois grandes momentos: Do “AI 5 ao início da abertura(1969-1974)” que representa o momento mais arbitrário do Regime com o fechamento do congresso, a segunda onda de cassações de mandados e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas Universidades, a exarcebação da violência repressiva contra os grupos de oposição, armados ou desarmados. É por excelência o tempo da tortura, do medo, da violência. Foi nesse período que esta mesma classe média que sofria o terrorismo de estado viveu o momento áureo de sua ascensão econômica e social. Os autores dessa referida obra intitulam o capítulo estudado de : “Carro-zero e pau-de-arara”, o que bem representa o dualismo vivido pela classe média, de um lado a tortura, do outro o conforto econômico. Foi nessa época que se lançaram a base para a moderna sociedade de consumo, a pirâmide social foi alargada em seu meio e foi possível verificar a proliferação de novas profissões e atividades bem remuneradas para quem tinha um mínimo de formação.

O Segundo período: “A longa transição rumo ao governo civil 1975-1984”, assim como no primeiro não existe a definição entre o tolerado e o proibido, e às liberdades individuais e políticas sofrem constantes avanços e retrocessos. O que realmente o distingue do momento anterior são as perspectivas sobre o destino da ditadura e a maneira

¹⁸ Idem, p. 327.

de como deveria se comportar a oposição. Enquanto se estivesse em vigência o AI-5, e não se conquistasse a anistia plena, não haveria previsão para o fim do autoritarismo, em curto prazo. Nem tão pouco que poderia ser conquistado pela pressão das massas ou pela ação Revolucionária das Vanguardas. A alternativa que se mostrava para as classes médias era o engajamento na vida política. Após as primeiras vitórias pela anistia, restituiu-se a atividade política dentro do domínio público. O MDB(Movimento Democrático Brasileiro), que era visto como voto de protesto em 1972, consegue canalizar toda a insatisfação popular claramente exposta nas eleições de 1974 e 1976. O restabelecimento das eleições diretas para governador em 1982, e as sucessivas vitórias da oposição permitem divisar o ciclo militar. O movimento das Diretas Já, será o ponto culminante na luta pela redemocratização. Como concluem os autores “Política de um lado , e vida privada, de outro, recuperam, enfim, sua normalidade.

1.7-A ascensão do MDB e o reencontro com a política

O governo Geisel, assim como toda a cúpula militar parecia não atentar para os acontecimentos internos e externos de 1974. Parecia subestimar a crise econômica provocada pelo aumento do petróleo, e o conseqüente aumento do custo de vida e principalmente diminuía o quanto a população estava descontente com questões que atingiam diretamente o seu cotidiano.

“ Não é por vaidade minha, nem pra me comparar com o Médice, mas no interesse da Revolução, a Arena não pode – já nem digo perder- mas baixar a votação”¹⁹

¹⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São. Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 453.

Em 1970, o MDB só possuía 6 das 46 cadeiras do Senado que foram renovadas, na Câmara dos Deputados não possuía 1/3 das cadeiras, o que o impedia de travar a votação de emendas constitucionais propostas pelo governo, ou ainda, que instituir comissões de investigação, as famosas CPIs(Comissões Parlamentares de Inquérito). Desde de 1964, o MDB ia encolhendo a tal ponto que se tudo ocorresse conforme a tendência, o Brasil teria um partido único, o que não era desejado por Geisel, que defendia a legitimidade do movimento.

“A vitória sobre o MDB tem de ser de tal maneira que não liquide o partido. O general perseguia o resultado simbólico. A vitória não deveria ser tão grande que parecesse fraude, nem tão pequena que parecesse derrota.”²⁰

As estimativas feitas pelo SNI indicavam que a vitória do governo estava garantida. Porém, iniciada efetivamente a campanha o quadro começava a mudar. A dois meses da eleição Ulysses Guimarães um dos líderes da UDN(União Democrática Nacional admitia a derrota em sete estados, entre eles o Rio Grande do Norte , Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará e Piauí). No Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná e Sergipe o SNI, é que dava a interpretação de que a UDN estaria derrotada. Na Paraíba a UDN sairia vitoriosa, porém seria nos outros sete que a disputa estaria indefinida incluindo São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A grande arma da oposição encontrava-se no espaço subestimado pelo próprio governo, que era a campanha eleitoral na televisão e rádio. Primeiramente, a população viu como algo incômodo que atrapalhava a transmissão da novela, porém pouco tempo depois, passou a ser assistida com atenção por grande parte da população.

²⁰ Idem, p. 454.

Boa parte dos candidatos do governo defendiam que tudo caminhava bem inclusive, no caso do candidato da Arena (Aliança Renovadora Nacional), em Pernambuco indo a televisão com um cordel, que associava o regime a um mundo com poços de café quente, rios de leite e barreiras de charque e fontes de mel, o mesmo candidato admitia que ainda não se tinha chegado totalmente a este ponto, mas, que o governo estava providenciando.²¹

O tom adorando pelo MDB era simples e inteligente. Abordava-se em seus programas temáticas que referiam-se ao cotidiano da população, a palavra de ordem era o que mais atingia diretamente o povo: o custo de vida. Lembrava que o quilo do charque custava 26 cruzeiros e a diária de um cortador de cana valia 8 cruzeiros. É certo que para a grande maioria da população, sobretudo por efeito da censura, não existia a preocupação de que o governo era legítimo ou não, se era corrupto, se era responsável por torturas, por mortes e por perseguições, as questões que atingiam diretamente grande parte da população era o preço da carne, do arroz, do feijão, da moradia, do transporte etc. Podemos perceber o contraste da campanha dos dois partidos pelas palavras o Marechal Paulo Torres após a derrota no Rio de Janeiro:

“Eu apresentava gráficos e estatísticas na televisão, mostrando que em 1963 havia tantos analfabetos e que agora só existiam tantos. Falei das obras da Revolução, principalmente da ponte Rio-Niterói. Aí eles vinham e falavam que precisavam de tantas horas de trabalho pra comprar um quilo de carne e que ponte não enche barriga.”²²

A Campanha de 1974, representa o retorno para o jogo político, das forças de esquerda. Em 1970, estas pregaram o protesto através do voto em branco e nulo. Neste ano o número destes votos chegou a 30,08%. Em 1974, retornava-se algo em torno de 14%. A

²¹ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 461

²² Idem, p. 466.

campanha de 1974, representou ainda o reencontro da participação política através do voto. Se, em períodos anteriores fazer oposição e ajudar a derrubar o regime, significava ter obrigatoriamente comportamento subversivo, nesse momento bastava usar o discreto, silencioso e secreto voto. Se, para o governo o voto serviria para fortalecer o regime, legitimando-o, podemos dizer que o tiro saiu pela culatra.

O governo perdera por larga vantagem, em São Paulo e no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Logo no estado em que Geisel não admitia sair derrotado.

“Uma derrota nossa no Maranhão não tem significado...O MDB deve ganhar alguma coisa, mas não no Rio Grande”²³

Consumada a derrota do governo, o SNI divulga seus relatórios com as causas do “acidente”. O primeiro relatório aponta, entre outras, a inflação que elevou os custos de vida, e a desorganização do partido que apresentou candidatos sem prestígio, desgastados e ultrapassados. Os militares comumente culpavam os integrantes civis ligados ao governo, chamando-os de inautênticos. Em relação a inflação era culpa da conjuntura econômica externa, e de Médice, que deixara o país com altas taxas de inflação. Em outro relatório ataca-se a legitimidade do resultado da eleição. Na interpretação dada pelo SNI não bastava o voto ser nulo, tinha de ser esclarecido. O MDB, foi acusado de divulgar calúnias, mentiras, desinformação. O voto dado a oposição era um voto irresponsável, desmedido, proveniente de pessoas de pouca informação.

“ Para que o voto atinja seu verdadeiro papel , seria mister que fosse livre, mas também, e sobretudo, que fosse esclarecido. A legislação eleitoral, ao considerar padrões de um formalismo democrático inexistente, por opção consciente(referência ao voto no MDB), na realidade brasileira, estimulou o voto de protesto, que beneficia a oposição.O MDB, organizou amplo movimento de contestação que penetrou os lares, através dos serviços

²³ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 454.



públicos de rádio e televisão, estes atualmente com imenso alcance popular, para a rendosa tarefa da desinformação.”²⁴

Um terceiro relatório, foi divulgado este que resgata um velho conhecido argumento chamado subversão. Afirmava que o MDB, estava repleto de elementos subversivos, sugerindo que fosse aberto processos de cassação de mandados, que o partido de oposição estava se tornando um partido de contestação, pela influência crescente de elementos perigosos. O documento sugere ainda, a cassação de integrantes da própria ARENA que foram omissos e permitiram a derrota.

A conseqüência mais séria da derrota de 1974, para o governo foi o abandono da idéia inicial de Geisel, de organizar uma “lenta, gradativa e segura” distensão. Tendo a maioria absoluta no congresso seria possível abrandar alguns artigos do AI-5, pois, haveria a possibilidade de mudar a constituição e aprovar medidas de segurança caso necessário. O MDB ganhara espaço e atingira com sucesso 1/3 da câmara, o que poderia provocar problemas ao governo, a maioria absoluta estava perdida.

~~X~~ Em 1975, conforme se esperava é reiniciada a onda de cassações de mandados. Sobre o velho argumento de comunismo, diversos candidatos eleitos em 1974, acabaram tendo seus mandatos cancelados. A linha dura reinicia seus trabalhos sujos e a repressão volta com toda a força. O novo alvo dos duros são as entidades de classe, como o Sindicato dos Jornalistas. Cinco são presos e torturados nas dependências do DOI-CODI. Um deles acaba não resistindo as torturas, e falece dentro do porão. A morte do jornalista Valdemir Herzog, provoca grande comoção social, principalmente, entre a intelectualidade brasileira. Sua missa reúne mais de 8000 pessoas. Após, divulgada a causa da morte(suicídio), é organizado um manifesto dos jornalistas, repudiando o laudo apresentado e exigindo

²⁴ Documento intitulado “Apreciação Sumária” de 18 de novembro de 74 transcrito em: GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São. Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 471

explicações. Os militares confirmam a causa da morte. O clima de terror criado pela repressão joga o povo contra o governo, porém neste momento o terror era parte de uma estratégia para intimidar a oposição, pois as eleições municipais estavam próximas.

O governo adota ainda outra medida para evitar uma nova derrota nas eleições de 1976. Uma das principais armas utilizadas pelo MDB nas eleições de 1974 e que foi um dos grandes responsáveis por contrariar as previsões do governo, estava proibido. Pela lei Falcão estava abolido a propaganda política eleitoral no rádio e na televisão.

Porém o resultado das eleições de 1976, novamente, contrariam as previsões de governo. Podemos perceber que o voto no MDB, não era fruto de uma campanha eleitoral baseada na propaganda, não era fruto ainda do abuso do poder econômico pois a máquina estava com o governo, mas o voto para o MDB, era o voto de protesto. A campanha contra o governo era feita nas ruas, fruto da nova conjuntura econômica que impunha a grande massa a elevação do custo de vida, o desemprego, a miséria. É evidente que a classe média era atingida por essas questões, porém o que mais as atingiam eram as perseguições políticas, liberdade no exercício de suas funções (advogados, jornalistas, artistas), censura, a luta por melhores condições de trabalho (operários), entre tantos outros jogos de interesses.

Encerrada as apurações o MDB, conseguiu dobrar os votos obtidos na eleição anterior. O governo só obtivera vitória fácil nas pequenas cidades e no interior, nos centros urbanos com mais de 250 mil habitantes, ou obteve pequena maioria ou perdeu. As cidades que se industrializaram durante o período do milagre econômico, todas agora estavam sob o controle de prefeitos do MDB.

Em 1977, Geisel se reúne com assessores, principalmente com Globery e preparam um pacote de reformas via emendas constitucionais, e sem o Congresso que fora fechado por ordem do executivo. No pacote incluem medidas como: redução do quorum necessário

para aprovação de emendas constitucionais de 2/3 da Câmara, que seria a maioria absoluta, para a maioria simples 50% mais 1. Cria-se os senados “biônicos”. Cada estado possuía três senadores e destes dois disputariam eleição. Com a resolução do governo dos dois que disputavam eleição um seria indicado pelo governo. O mandato do presidente foi aumentado para cinco anos. Extensão da Lei Falcão para as eleições nacionais.

Em 1978, também era ano de mudar de presidente. Geisel consegue através de um forte trabalho de negociação eleger seu sucessor. Figueiredo atendia bem a necessidade de ser uma pessoa que conseguisse amenizar os conflitos, entre as duas principais tendências do Exército, mas, que fosse fiel aos objetivos traçados por Geisel.

“Figueiredo é um velho seguidor do General Golbery que o introduziu nos segredos da espionagem e da delação em 1958, quando o convidou para trabalhar na Seção de Operações do Exército, o embrião do futuro Serviço Nacional de Informações. Golbery e Geisel tinham sobre Figueiredo a ascendência dos mestres sobre os discípulos, além da autoridade natural dos generais mais antigos sobre os mais modernos.”²⁵

Chegadas a eleição de 1978 o MDB, mesmo com todas as adversidades impostas pelo governo, consolida e amplia sua votação chegando a 47% dos votos no Senado e 39% na Câmara. O MDB consolida-se como força política, e neste momento consegue inclusive trazer para a sua constituição os grupos radicais de esquerda, que não acreditavam na via pacífica na derrubada da ditadura. No MDB, estavam presentes as mais diversas tendências políticas, que de comum apenas não estarem diretamente alinhadas ao regime. Porém, podemos identificar claramente dois grupos. Um defendia a radicalização e a caracterização do partido como de oposição, de enfrentamento ao regime, outra frente se posicionava ao centro fazendo oposição mas, admitindo negociações e concílios. O grupo radical denominava-se autêntico. Foi justamente do MDB ou ainda do PMDB partido ao qual o

²⁵ KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.55.

movimento gerou que saíram todos os demais partidos, tidos como de esquerda como o PT, (Partido dos Trabalhadores), PSDB(Partido da Social Democracia Brasileira), PDT(Partido Democrático Trabalhista), entre tantos outros.

O pacote elaborado por Geisel previa ainda, o adiamento das eleições de 1980, para 1982, quando seriam realizadas concomitantemente com as eleições municipais.

1.8-A anistia política

O movimento pela anistia no Brasil se inicia ainda no governo Geisel, no momento em que começaram a se organizar grupos em prol da anistia. Em São Paulo, como afirma KUCINSKI(2001), era o grande pólo da resistência à ditadura militar. Nela encontrava-se concentrada boa parte da intelectualidade brasileira, e foi ainda o grande espaço do movimento operário organizado, dada a concentração de indústrias e ao surgimento de fortes lideranças incluindo um futuro presidente da república. Porém, foram as mulheres as pioneiras no processo da luta organizada pela anistia. Anistia, tem o seu sentido na palavra esquecimento, é o esquecimento do ato criminal. Exclui o crime, apagando a infração penal. Ocorre quando o Poder Público declara impuníveis os que incorreram em delitos, anulando as condenações. Não se confunde com o perdão ou o indulto, que se inspiram no valor subjetivo do condenado, como indivíduo²⁶. Os que militavam nesta causa queriam que seus familiares tivessem seus crimes políticos esquecidos. Lembremos que o conceito de crime político era por demais vasto e, como dissemos anteriormente, o limite entre o permitido e o liberado variou ao longo do período militar, tendo como pertencente ao grupo das atitudes subversivas, uma vasta gama de situações difíceis de definir com exatidão.

²⁶ Definição retirada do site www.direitonet.com.br acessado em 24 de junho de 2006

O Movimento Organizado pela anistia deu seus primeiros passos em São Paulo, sob a liderança da advogada paulista Terezinha de Godoy Zerbini, um grupo de mulheres criaram o Movimento Feminino Pela Anistia(MFPA). O grupo organizado por Zerbini, consegue inclusive fazer chegar ao então presidente americano Jimmy Carter, uma carta onde pede apoio internacional pela anistia ²⁷

O exemplo das mulheres paulistas é seguido em todo o país e grupos são criados em todas as capitais brasileiras, eram os chamados de Comitês Brasileiros pela Anistia. O coro pela anistia teve grande apoio das entidades de classe como a OAB e a ABI, representando as duas classes que acabaram mais envolvidas com as arbitrariedades do Regime. Os jornalistas com a censura à imprensa, e os advogados, na luta pela defesa dos presos políticos. Outra força pela anistia era exercida pela Igreja Católica, principalmente, pela atuação do Cardeal de São Paulo Dom Evaristo, que atuou principalmente com os “desaparecidos” do regime.

Em setembro de 1978, foi organizado um grande encontro dos comitês estaduais pela anistia, e de todos os grupos e lideranças do país que militavam nesta causa. O fruto deste encontro foi um documento intitulado Carta de Salvador que definiria com exatidão a que se buscava com a anistia. Estava lançada a bandeira da anistia, “ampla, geral e irrestrita”. Seria ampla para todos os atos de manifestação de oposição ao regime. Seria geral para todas as vítimas dos atos de exceção, e irrestrita sem discriminações e exceções.

Em novembro de 1978, é organizado o segundo grande movimento em prol da anistia. O I Congresso Nacional pela Anistia, é organizado em São Paulo, e conta com forte participação da sociedade civil. É organizado o “Manifesto à Nação”, que denunciava os

²⁷ CRUZ, Nilton Carlos Santos, **A anistia de 1979: uma obra inacabada**. Natal, 2005.45 p. Monografia. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

anos de ditadura a luz da legislação em vigência, dos aparelhos de repressão, da tortura e em prol da liberdade de organização e manifestação política²⁸.

Porém, o projeto de anistia que efetivamente foi efetivada pelo Governo foi um pouco diferente do pretendido pelas forças populares. A anistia de do Presidente Figueiredo, foi fruto de uma negociação que atendesse também o interesse dos aparelhos de repressão. A linha dura devesse ter seus membros salvaguardados de qualquer tipo de punição. Se seriam “esquecidos” os atos contra o regime, os atos praticados em sua defesa, mesmo que atentasse contra todo o tipo de bom senso chegando ao nível da barbárie, deveria receber o mesmo tratamento.

Pelo projeto aprovado por Figueiredo continuava sem a anistia os que praticaram atos de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal, além dos que já tinham sido julgados pela Lei de Segurança Nacional. Esse grupo teve de esperar pelo indulto presidencial no final de 1979.

A anistia efetivamente posta em prática, não garantia que os funcionários públicos afastados de suas funções durante o regime, ou ainda os militares que em 1964 não se alinharam com as forças golpistas, e por isso estavam no exílio, tivessem seu reingresso garantido com seus prejuízos reparados. A anistia não garantia sobretudo que fosse reparado a dor das famílias que tiveram seus pais, filhos, irmãos ou ainda as mulheres que participaram da resistência, mortos ou desaparecidos, ou ainda aqueles que tornaram-se inválidos ou com traumas irreparáveis provenientes da tortura patrocinada pelos aparelhos de repressão.

²⁸ CRUZ, Nilton Carlos Santos, **A anistia de 1979: uma obra inacabada**. Natal.2005.45 p. Monografia . Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CRUZ(2005), chega a conclusão que a anistia efetivamente aplicada no Brasil, foi ampla, geral e irrestrita, quando vemos o lado daqueles que lutaram pelas forças governistas, aqueles que praticaram a tortura, os desaparecimentos, os atentados à dignidade humana. Porém, não foi ampla, geral e irrestrita para os que lutaram contra o regime, sobretudo pela via das armas, muitos que ainda têm seus corpos insepucros, a dor das famílias jamais será reparada, e os arquivos que talvez ajudassem a escrever uma história mais próxima da realidade, e esclarecer os “atropelamentos”, as “tentativas de fugas”, ou simplesmente, os “desaparecimentos”, foram novamente postos longe do conhecimento público.

“No apagar das luzes do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Nacional de Arquivos foi pego de surpresa: no dia 27 de dezembro de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto 4.553, que passaria a vigorar 45 dias de após sua publicação, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva. O novo decreto não foi discutido com o CONARC, ao contrário do anterior, então revogado. As novas regras são draconianas, especialmente as que estabelecem os prazos de classificação(período durante o qual o documento fica inacessível). Os documentos reservados tinham prazo de cinco anos e passaram para dez; os confidenciais de dez para vinte anos; os secretos, de vinte para trinta anos; e os ultra-secretos podem permanecer sigilosos para sempre.²⁹

1.9- A política nas três últimas décadas

A política partidária dos anos 1980, inicia com a intervenção intempestiva do governo nas leis eleitorais extinguindo os partidos então criados, o MDB(Movimento Democrático Brasileiro) e a ARENA(Aliança Renovadora Nacional), e criando o

²⁹ FICO, Carlos . **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. v. 1. p.127.

pluripartidarismo. A idéia dos idealizadores da Lei Orgânica dos Partidos de 1979, era justamente que o MDB, acabasse por se fragmentar em várias tendências, e como consequência o seu enfraquecimento. Não foi bem o que aconteceu ao menos até 1983. O problema imediato da nomenclatura do partido foi resolvido pela simples adição do “P” tornando a legenda a chamar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB.

Ainda com a abertura ao pluripartidarismo a criação de um partido não era algo fácil. Primeiramente, não poderia se organizar um partido com motivações religiosas ou raciais, e ainda de organizações de classes. Outro ponto que dificultava era que o novo partido, a ser criado deveria realizar convenções estaduais em pelo menos nove estados da federação, e também fazer comissões em ao menos em um quinto dos municípios de cada estado. Uma vez registrado temporariamente o partido, ainda seria necessário que este obtivesse 5% dos votos para o Congresso, sob pena de ter seus votos anulados.

Mesmo com as dificuldades impostas, tanto o PMDB quando outros partidos de oposição ao regime, conseguiram organizar seus diretórios e se enquadrar a tempo para as eleições de 1982. O cenário político brasileiro como afirma ALVES(1984) ficara da seguinte forma:

Em relação ao PMDB

“O PMDB implantava-se como o maior partido de oposição e herdeiro oficial da maioria dos membros do MDB e de seus bens. O partido congregou assim, sob a bandeira da luta pela democracia, grupos que representavam desde grandes capitalistas a camponeses e operários do novo movimento sindical. Em termos ideológicos não era menos variada a composição do PMDB abrangendo tanto ex-integrantes dos governos militares como antigos participantes da lua armada[...] O objetivo de tão ampla aliança era derrotar o partido oficial do governo, o PDS, nas eleições gerais de 15 de novembro de 1982.”³⁰

Em relação ao PP

³⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado de Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes. p. 275.

“O Partido Popular (PP) foi organizado por membros conservadores do antigo MDB que acreditavam em sua própria potencialidade como governo de transição no contexto da política de liberalização controlada da “abertura”[...] Representavam especificamente capitalistas que pretendiam participar do processo decisório governamental”.

Sobre o PTB

“O Partido Trabalhista Brasileiro conseguiu organizar-se em 20% dos municípios de dez Estados, congregando três importantes correntes do poder político: o trabalhismo populista de Getúlio Vargas...o Janismo...e a herança conservadora do ex-governador Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro[...] Sua linguagem de oposição vinha nuançada por um posicionamento prático de negociação que levava os membros do PTB a votar ora com a oposição, ora com o governo.”

Sobre o PDT

“Originalmente formando por membros exilados da oposição, sob a liderança do ex-governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, o PDT resultou de uma cisão no PTB [...] De características social-democratas, o PDT abrigava um pequeno setor socialista que influenciou a redação final de seu programa[...] Seu programa visava a formação da infância e aos direitos das minorias negras e indígenas.”³¹

A respeito da fundação do Partido dos Trabalhadores entendo que quem melhor define é AZÊVEDO(1997)³².

“O PT surgiu por caminhos diversos. Seu nascedouro se insere num posicionamento amadurecido entre alguns atores políticos da necessidade de se construir um partido novo, que nem fosse expressão “renovada” do populismo trabalhista do passado, muito menos, da oposição “consentida” criada pelo regime militar, e estivesse marcado por um funcionamento interno onde os movimentos populares, ascendentes na época, pudesse dirigi-lo de fato”.

A idéia de formar um partido surge em 1979 no momento em que os sindicatos, não só o dos metalúrgicos, com, também dos bancários entre outros, sofreram forte intervenção do governo. A base de sustentação original do partido continha intelectuais de oposição,

³¹ Idem p. 277

³² AZEVEDO, Alessandro A. **Sem medo de dizer não: O PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990)**. Natal: EDIUFRN, 1997.182 p.

movimentos estudantis, comunidades de base, associação de moradores, ativistas camponeses e sindicalistas.

“O PT caracterizou sua função como a de instrumentalizar as reivindicações dos que se viam até então privados dos direitos políticos. Pretendia aumentar as oportunidades de participação, para permitir o engajamento ativo de camadas que nunca haviam participado da política em nível formal. Ele deveria canalizar as reivindicações para adquirir força política nacional e atingir certos patamares de representação e poder político.”³³

“Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.” (Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores)

É necessário deixar bem claro que o objetivo do partido não era de substituir as organizações de Bairros, movimentos sociais ou organizações de classe, mas sim, como é bem colocado por seu presidente Luís Inácio Lula da Silva em entrevista transcrita em ALVES(1994).

“O PT não pretende assumir as tarefas da Igreja ou do movimento sindical. Não quer tampouco transformar as comunidades de base, as associações de bairro, os grupos de jovens ou sindicatos[...] O que o PT pretende é canalizar todas as organizações de modo a conquistar projeção nacional”³⁴

³³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado de Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes. p. 277.

³⁴ Idem p. 277

Conforme a reforma eleitoral de 1979 que promoveu o adiamento das eleições de 1980 para 1982, neste ano, seriam eleitos os deputados federais e estaduais, senadores e ainda, a eleição direta para o governo do estado. No ano seguinte, com a bancada renovada seria eleito o presidente da república por voto do colégio.

Nas eleições de 1982, o governo consegue retomar alguns estados que ficaram sob o controle das forças de oposição como o Rio Grande do Sul e a Paraíba. Porém, a oposição ainda controlava o parque produtivo e, como grande surpresa, Brizola é eleito governador no Rio de Janeiro. Para esta eleição o governo continua a vetar a propaganda no rádio, e faz uso de meios amorais para o controle dos votos dos eleitores, sobretudo, nos estados nordestinos, onde as lideranças locais ainda exercem forte domínio sobre seus eleitores. Pode-se perceber que o caminho da redemocratização torna-se algo inevitável. Porém, não devemos crer que não houve resistência à abertura por parte da linha dura. Desde de 1978, fortes atentados com bombas foram realizados em São Paulo, e no Rio de Janeiro, promovendo um clima de insegurança e terror.

Para o ano de 1984, estava programada a eleição do substituto de Figueiredo, que seria eleito pelo colégio conforme tradição desde 64. Porém, foi decisivo para a história brasileira, o surgimento de um movimento que ficou conhecido como as “Diretas Já”. Todas as forças de oposição no país, reuniram forças para exigir as eleições diretas para presidente. Única possibilidade de se conseguir um governo não militar, e legitimamente eleito por vontade popular.

A campanha é iniciada em São Paulo, e no Paraná, por iniciativa do PT e do PMDB. Rapidamente ela recebe adesão de todo o país, gerando grande agitação social. É defendido o nome que pudesse aglutinar todas as tendências da oposição Tancredo Neves, que tem como visse José Saney, que efetivamente assume a presidência com a morte do primeiro,

que até os dias atuais não foram totalmente explicadas. O candidato Paulo Maluf, apoiado pelo governo, acabou sendo derrotado pelo apoio das forças oposicionistas. A Diretas efetivamente só ocorreram em 1989, mas a eleição de Tancredo Neves, grande vitória das forças oposicionistas representa o fim da ditadura militar no Brasil.

Sarney que assumiu com a morte de Tancredo. Realizou um governo de ações bem populistas no campo econômico, com os Planos Econômicos que prometiam derrubar a inflação e elevar os salários. Foi um período em que o Brasil, se rende às diretrizes do FMI, em prol da recuperação da estrutura econômica. MENEGUELLO(1994), afirma que foi um período fantástico, ao que se refere a institucionalização democrática. De fato foi em 1988, que é promulgada a constituição em vigência até os dias atuais. Constituição esta que pela primeira vez em 25 anos consegue impor limites ao executivo, obrigando ao estado o cumprimento do direito positivo. Nesta mesma constituição os atos excepcionais tão comuns nos anos anteriores são extintos, e é criada a “medida provisória”, que precisa da aprovação tácita do legislativo para que seja promulgada como lei.

No campo da política, MENEGUELLO(1994), nos leva a refletir sobre o processo da não identificação partidária da população brasileira. Se, a partir de 1974, temos o MDB como voz das forças de contestação, em oposição a ARENA, representante do regime, em 1984, e nos anos que se seguem, podemos perceber que a identificação com partidos, sua ideologia e suas idéias está cada vez menor. Pelos números citados por MENEGUELLO(1994), podemos perceber que o partido com o qual o eleitor possui maior identificação é o PT e, no ano em que obteve maior índice não chegou a mais de 20%. Contra, neste mesmo ano, 37% de eleitores que não se identificaram com nenhum dos

partidos. Em 1994, último ano contemplado pela pesquisa, o número de pessoas sem identificação partidária chegou a 59% contra 13% do PT empatando como o PMDB.³⁵

“Com um baixo grau de confiança nos partidos e com pequena importância conferida ao seu papel na dinâmica política, os critérios construídos no universo do eleitor com respeito às representações são liderados pela figura do candidato, indicando que o personalismo político mantém-se predominantemente no seu conjunto de parâmetros para a escolha política...”³⁶

Talvez um dos maiores exemplos do que nos alerta a Professora MENEGUELLO(2004) foi a eleição do Presidente Fernando Collor, que com um partido sem nenhuma tradição política PRN consegue a presidência da república. É certo que não seu partido, mas Collor, como pessoa possuía sim uma história política, sendo prefeito de Maceió indicado pelo regime. Collor foi eleito em 1989, porque possuía o perfil desejado pela elite conservadora brasileira, pelo mercado, pela mídia (Rede Globo), e porque não, pela grande massa não esclarecida. Só para citar brevemente exemplos da polarização ocorrida às vésperas das eleições, existe um caso já amplamente notificado e reconhecido por dirigentes da própria Rede Globo, de que a mesma editou o debate no dia anterior da eleição, mostrando apenas as cenas no qual o candidato do PT saía menos favorecido, ocultando as demais, e no caso do candidato Collor foi exibido suas melhores cenas. Fora outras falcatruas ainda não totalmente reveladas.

Deposto Fernando Collor, por denúncias de corrupção e improbidade administrativa, assume Itamar Franco, seu vice. Seu governo é fortemente lembrado pelo sucesso imediato do plano real, que combinava uma fórmula que ficaria bem conhecida no governo seguinte: Controle da inflação pela redução do consumo. Redução do consumo

³⁵ Ver MEGUELLO, Rachel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, Evelina(org). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense. P. 168.

³⁶ Idem. P. 157.

pela queda do poder aquisitivo, conseqüência dos baixos salários. Foi a era ainda das privatizações e forte abertura do mercado brasileiro aos investimentos externos.

A propaganda do governo Fernando Henrique, era fortemente marcada pelo controle da inflação. Controle este que foi o objeto da campanha de 1994, e da reeleição de 1998. A partir do terceiro ano o governo começa a sofrer forte pressão interna. O funcionalismo público que não conseguia reajustes salariais, via seus vencimentos serem corroídos, e suas carreias desvalorizadas. Seguindo a risca a receita do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao qual o Brasil recorreu várias vezes, o controle dos gastos públicos com o funcionalismo estava sempre na ordem do dia. Porém mesmo sem o apoio do funcionalismo público, e de boa parte da classe média, que encolhida a cada ano, Fernando Henrique Cardoso consegue sua reeleição. Seu governo era sustentado pelo equilíbrio da economia que gerava lucros para o empresariado e o mercado financeiro.

Porém chega 2002, momento no qual a economia não mais se sustenta, os índices de inflação voltam a subir, a dívida externa brasileira e a dependência dos fundos internacionais acaba crescendo, assim como o incômodo gerado na classe média pela perda do poder aquisitivo, e ainda do funcionalismo público sem reajustes a oito anos. Foi nesse contexto que o candidato Lula, na sua quarta candidatura consegue sua vitória. Lula para garantir sua candidatura teve de lançar mão de uma ampla rede de aliança inclusive com setores tidos como de direita, aliados ao empresariado local, fez uso ainda de um discurso brando, na época denominado de “paz e amor”. Ele teve de mudar suas bandeiras de luta, de outras campanhas, afirmando que seu governo iria respeitar os contratos firmados, numa clara referência aos empréstimos com o FMI, e outras instituições de crédito, afirmou ainda que não iria empreender mudanças bruscas na economia, mas, que seria responsável pela realização do “pacto social”, juntando num só projeto todos os setores da sociedade: o

patrão e o empregado, os grandes e os pequenos empresários, enfim toda a sociedade em prol do desenvolvimento do Brasil.

Lula foi eleito com muita festa e alegria pela sociedade brasileira, que o aclamou com grande votação. A sociedade viu que pela primeira vez em sua história um representante tipicamente do povo, um antigo metalúrgico, uma pessoa igual a todo trabalhador brasileiro, agora era presidente da república. A grande massa acreditava em Lula, como quem acreditava no messias. Eles acreditavam que o período de grande aflição vivida nos oito últimos anos chegaria ao fim em 1º de janeiro de 2003. A classe média e o funcionalismo público sabiam que não seria bem assim, mas também apostaram no “*projeto de Lula*”. Destaco projeto de Lula pois, se projetarmos a tendência mostrada na pesquisa da professora MENEGUELLO(1994), podemos entender que a maior parte dos eleitores não estavam votando no Partido dos Trabalhadores e sim no candidato Lula.

Chegada às eleições de 2004, a realidade política brasileira era bem diferente das expectativas de 2002. O governo Lula ainda contava com forte popularidade, porém, de boa parte dos vários seguimentos da sociedade que o elegeram, este apoio esvaziou-se. Sobretudo, a do funcionalismo público que continuou não conseguindo recuperar suas perdas salariais, acumuladas nos anos anteriores, e boa parte da classe média que mesmo como aquecimento da economia não conseguiu recuperar o seu poder aquisitivo, que um dia tivera. Outro seguimento, este menor, mas, que merece ser citada que saiu do apoio formal ao governo, foram os seguimentos mais radicais do partido que acabaram sendo expulsos deste e acabaram assumindo a posição de contestação ao governo. Caso pudéssemos aglutinar o grupo mais de esquerda em partidos teríamos o PSTU(Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), alguns dissidentes que formaram o PSOL(Partido Socialismo e Liberdade) e ainda o PDT(Partido Democrático Trabalhista).

Capítulo 2 –AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004 EM NATAL

Em outubro de 2004 inicia a votação do primeiro turno das Eleições Municipais em Natal. Uma campanha marcada, sobretudo, pelo fenômeno de popularidade conhecido como Miguel Mossoró. Porém é necessário que para entendermos o surgimento desse candidato, possamos analisar os demais integrantes dessa história. Selecionamos os cinco mais bem colocados na campanha de 2004. A campanha contava com, além de Miguel Mossoró, Ney Lopes, Fátima Bezerra, Carlos Eduardo e Luiz Almir; com a presença de Dário Barbosa e Leandro Carlos Prudêncio.

2.1-A candidatura de Ney Lopes de Souza

Ney Lopes entra na campanha sem grandes perspectivas de vitórias, pois as principais forças políticas do estado estavam polarizadas na reeleição do prefeito Carlos Eduardo do PSB (Partido Socialista Brasileiro) com o apoio da Governadora Vilma de Farias também do PSB. No outro pólo estava Luiz Almir que conseguiu o apoio formal da família Alves do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Ney Lopes contava apenas com o apoio do PFL(Partido da Frente Liberal) que pouco investiu em sua campanha dado ao forte desgaste de seu líder José Agripino a nível local.

Ney teve uma formação tipicamente conservadora ligado às forças direitistas e ao catolicismo tradicional. Foi nomeado por Dom Eugênio Sales administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal em 1963. Possui formação jurídica tendo exercido a advocacia como promotor na Comarca de Ceará-Mirim, procurador da UFRN(Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e assessor jurídico do SESC(Serviço Social do Comércio). Tudo isso entre os anos de 1963 e 1965. Fez carreira ainda como Professor de OSPB(Organização Social e Política Brasileira) , Educação Moral e Cívica e sociologia do ATENEU Norte Rio Grandense entre 1964-1965. Professor ainda de Sociologia e Direito Constitucional na

UFRN. Como Jornalista trabalhou para a Tribuna do Norte em 1958, diretor da Rádio Rural, Secretário e chefe de redação do jornal “A ordem”. Foi ainda Coordenador do setor de imprensa da Arquidiocese de Natal. Redator do Jornal do Comércio em Recife, correspondente do “Diário de Pernambuco”, da “Folha de São Paulo”. Colaborador da revista “o Cruzeiro” e “RN Econômico” e ainda colunista permanente do “Diário de Natal”³⁷

Como era de se esperar pela sua trajetória profissional bem ligada a forças conservadoras, sua carreira política tem início em 1975, quando Ney Lopes é eleito Deputado Federal pelo partido da Ditadura a ARENA. Em 1987, torna-se suplente de senador pelo PFL. Em 1989, é eleito vice-prefeito na Vitória de José Agripino. Foi ainda deputado federal nos mandatos de 1991, 1995, 1999 e 2003. Em 2004, durante a campanha municipal não possuía mandato eletivo, sendo este presidente do “Parlatino”, uma comissão formada por parlamentares da América Latina que discutia entre outros a criação da ALCA(Área de Livre Comércio das Américas).

Ney Lopes sempre esteve ligado ao seu companheiro de Partido José Agripino grande liderança do PFL inclusive a nível nacional. No mesmo site utilizado para apurar os dados dessa pesquisa é possível encontrar charches, na qual Ney Lopes é apontado como uma criança manipulada e obediente a Agripino.

³⁷ Informação obtidas no site www.neylopes.com.br acessado em 16 de junho de 2006

“Ney Lopes é um dos melhores parlamentares do Brasil. Quando entrego uma tarefa a ele fico de consciência tranquila, porque sei do seu trabalho e da sua capacidade.”

José Agripino, Senador, em
Discurso no “I Encontro
Estadual do PFL Jovem” em
28.03.98



Fonte www.neylopes.com.br acessado em 16 de junho de 2006



Fonte www.neylopes.com.br acessado em 16 de junho de 2006

O próprio Ney Lopes entrevista transcrita no jornal a Tribuna do Norte em 11 de janeiro de 2004 nos dá a dica que quais são as intenções dele para a campanha municipal de 2004:

“-TN - O senhor continua com pretensão de ser candidato ao Senado em 2006?

-NL - Eu lutei com todas as minhas forças e dos amigos para ser candidato a senador em 2006. Não é ambição pessoal. Toda a minha geração já teve vez, menos eu. Ganhar ou perder é uma contingência do processo eleitoral. Já fui deputado federal seis vezes. Acho que fiz um trabalho bom pelo Rio Grande do Norte e pelo País, nunca tive minha vez e agora lutei com todas as forças, dentro e fora do meu partido. Se tiver saúde, for vivo e tiver direitos políticos serei candidato a senador em 2006. Caso em 2005, o meu sistema político e a coligação e o partido a

que pertenço tenham outras preferências, que são legítimas, eu sairei sem nenhum conflito, sem brigar, sem contestar os meus líderes, para um partido menor e colocarei o nome para ser votado pelo Rio Grande do Norte no desejo de melhor servir o Estado no Senado da República. A questão de perder ou ganhar é do processo, eu aceito qualquer que seja o resultado, não posso mais é ser conivente com a preterição do meu nome para a disputa de um cargo majoritário. Vou lutar como puder e se puder serei candidato a senador.”³⁸

Dessa forma concluímos que a candidatura de Ney era puramente para que este ganhasse popularidade para almejar o tão sonhado cardo de senador em 2006.

2.2- A candidatura de Maria de Fátima Bezerra

Fátima Bezerra, desde as primeiras pesquisas de opinião não mostrava dar sinais de vitórias nas eleições municipais de 2004. O PT, mesmo tendo sido cogitado várias vezes uma aliança para apoiar a reeleição do prefeito, acabou isolado. Fátima vinha de um excelente resultado das eleições de 2002 sendo, eleita a deputada federal mais votada em toda a história do Rio Grande do Norte com exatos 161.875(anexo 1) votos em todo o estado. Fátima foi eleita sem o apoio da governadora com quem rivalizou em 1996 e 2000 na prefeitura de Natal. Fátima foi eleita com 23.634(anexo 1) votos a frente do segundo deputado mais votado no caso de Álvaro Dias. Ela conseguiu ficar a frente ainda de políticos por demais tradicionais na história de Rio Grande do Norte como Iberê Ferreira, Ney Lopes, Henrique Eduardo Alves, Sandra Rosado, Betinho Rosado, políticos capazes de arregimentar grandes multidões em “showmícios” como ficaram conhecidos os comícios onde milhões eram gastos com bandas, carreatas e outras despesas.

É certo que a campanha de Fátima, assim como a campanha dos candidatos petistas de outros estados, estavam ligados ao projeto do PT nacional para as eleições de 2002. Foi visto na campanha de Fátima que diferentemente de outras eleições haviam novos

³⁸ Tribuna do Norte edição de 11 de janeiro de 2004

elementos. Elementos estes como o *marketing*, com uma preocupação com a imagem do candidato, muito comum com os políticos mais tradicionais, mas não visto nas campanhas de Fátima. Foi possível ver ainda uma melhor estrutura de propaganda com *out doors* espalhados em toda a cidade e mais verbas para organizar panfletagem, adesivos, carreatas e comícios. Nada comparado evidentemente as meteóricas campanhas dos demais candidatos e políticos locais tradicionais. Ainda assim com toda essa roupagem inovadora que foi muita bem sucedida a nível local e principalmente nacional com a eleição do Presidente Lula, acredito que a militância petista seja única neste momento histórico do PT. As pessoas que trabalharam em sua campanha eram militantes na essência da palavra que trabalharam voluntariamente por pura paixão aos ideais do partido e pela busca de um Brasil “decente” como se lia em várias camisas “Quero um Brasil decente, Lula presidente”. Não foram poucos os advogados, fiscais e outros tantos, adesivaram seus carros, empunharam bandeiras, foram às ruas, trabalharam no dia da eleição, sem terem nenhuma vantagem financeira, tendo como incentivo unicamente uma idéia.

Fátima é natural de Nova Palmeira na Paraíba, teve infância bastante humilde. Seu pai era agricultor e sua mãe parteira. Possuía ainda seis irmãos que dividiam o pouco que seu pai podia colocar na mesa. Veio a Natal em busca de melhores condições de vida em 1971. Estudou na Escola Estadual Padre Monte e na Escola Padre Miguelinho. Foi aprovada no vestibular de pedagogia na UFRN, em 1977. Começou a dar aulas na Escola Cenecista, em Monte Alegre, para custear os estudos e sua subsistência. Foi na universidade que Fátima iniciou sua militância política. Participou da reconstrução da UNE(União Nacional dos Estudantes), em 1979. Em 1980. Fátima ingressa no magistério. Participa da fundação do SINTE-RN(Sindicato dos Trabalhadores em Educação), onde inicia sua carreira de sindicalista ponte para sua carreira política.

A respeito de sua opção pelo PT a própria deputada afirma:

“Meu destino, meu caminho tinha de ser a luta social, a luta popular. Meu encontro tinha de ser com um partido como o PT, que nasceu como uma ferramenta de transformação do povo brasileiro”³⁹

“Trago na alma o gosto pela luta contra a opressão e a injustiça. Essa vocação nasceu comigo. Vem das dificuldades e privações que sofri quando criança e que me acompanharam pô muito tempo.”⁴⁰

Fátima como podemos perceber tem suas bases eleitorais originais na educação na qual foi presidente do sindicato, no funcionalismo público e no tradicional eleitor do PT. Após a campanha de 2002, passada a euforia inicial da eleição do Presidente Lula, e da festejada posse, não tardaram a vir as conseqüências da vasta política de alianças do governo Lula e da conjuntura econômica.

O tão sonhado crescimento econômico que aliviariam a tensão social pela melhoria na qualidade de vida não foi tão grande como a esperada. Um dos maiores problemas nacionais continua a abalar a população brasileira.

“Desemprego é recorde no mundo

Genebra - Nunca em sua história o mundo teve que lidar com tantos desempregados como agora. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que o número de pessoas sem emprego atingiu 185,9 milhões em 2003, o que seria praticamente equivalente à população de todo o Brasil.

O que mais assusta os especialistas é que o aumento do desemprego está ocorrendo mesmo diante do crescimento da economia mundial, taxa que no ano passado atingiu 3,2%.

Em termos percentuais, a OIT aponta que o desemprego mundial atingiu 6,2% da população econômica ativa em 2003. Em 2002, essa taxa era levemente superior e chegava à 6,3% da população, mas em números absolutos a população de desempregados em 2003 superou a de 2002 em 500 mil pessoas.”⁴¹

Em Natal a realidade não é diferente do que ocorre a nível nacional e mundial:

“A situação fica mais grave porque a cada ano cerca de 11 mil pessoas passam a integrar o grupo dos que possuem entre 15 e 64 anos, faixa

³⁹ Informações e citações retiradas do Site www.fatimabezerra.com.br acessado em 16junho de 2006

⁴⁰ Idem

⁴¹ Matéria vinculada no jornal Trinuna do Norte na edição do dia 29 de fevereiro de 2004

etária considerada apta á ocupação. Para completar o quadro, outro problema que a Prefeitura de Natal tem de se preocupar é com a qualidade dos empregos existente. Pelo IBGE, existem em Natal 115 mil postos de trabalho precário, compostos por empregados sem carteira assinada (56 mil), sem a devida remuneração (3 mil) ou que trabalham por conta própria (55 mil).A falta de emprego também concorre para outro problema: o aumento no número de pobres e indigentes. Em Natal, a população de pessoas consideradas pobre ou indigentes é a maior do Estado: são 204.720 pobres e 78.853 indigentes. Somente o total de pobres equívale a uma Mossoró. Por fim, Natal também sofre com o aumento da concentração de renda. Segundo o IBGE, os 20% mais pobres que detinham, em 1991, 2,6% da renda; passaram a ter, em 2000, apenas 19%. Já os 20% mais ricos - que em 1991 detinham 65% da renda - passaram a ter (em 2000) 68,6%.”⁴²

O desempenho do Governo Lula acabou de uma maneira geral influenciando no desempenho de Fátima nas eleições de 2004, mas foi exatamente a opção de votar com o partido que prejudicou a campanha de Fátima em 2004.O Vereador Hugo Manso, em entrevista dada ao Jornal Tribuna do Norte nos dá algumas pistas que nos vão orientar para entender o desempenho de Fátima.

"A candidatura de Fátima não pode ficar refém dos temas nacionais, de como ela votou aqui ou acolá. Temos de ter um discurso nacional e um bom projeto local", diz o vereador nesta entrevista em que defende uma ação partidária para evitar "o uso ostensivo da televisão" pelos candidatos Luiz Almir e Mircala de Souza.”⁴³

As votações que o vereador se refere são principalmente a reforma previdenciária de 2003, na qual o governo propõe a taxaço dos servidores inativos (aposentados) como maneira de cobrir o “rombo” da previdência social e a votação do salário mínimo de 2004. No primeiro, a nível de Brasil, várias ações judiciais foram impetradas na Justiça Federal e no Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade por ser este um direito adquirido. Porém, a nível local o protesto veio, em 2004 conforme mostraremos no estudo dos números das apuraçoes no próximo capítulo. Lembremos que, como falamos anteriormente as bases eleitorais de Fátima foram construídas entre os funcionários

⁴² Matéria Vinculada no jornal a Tribuna do Norte na edição de 22 de agosto de 2004

⁴³ Matéria Vinculada no jornal a Tribuna do Norte na edição de 21 de dezembro de 2003

públicos e os tradicionalmente eleitores do PT que, são no caso de Natal, estudantes universitários, professores, sindicalistas e uma classe média mais instruída e politizada.

Sobre o salário mínimo resumidamente temos que os deputados federais defendem que o mínimo deveria de 100 dólares na época próximo aos R\$ 300,00. O governo afirmava ser este um valor impagável, que várias prefeituras não conseguiriam arcar com as despesas extras e que iriam infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, elevando por demais os gastos com o pessoal. A respeito deste ponto, devemos acrescentar que foi o argumento da defesa da responsabilidade fiscal e do controle dos gastos com funcionalismo, uma herança marcante dos oito anos de Fernando Henrique. Herança, que o PT não se destituiu ou não pode se destituir até os dias atuais. O governo orienta sua bancada e aliados a rejeitar a proposta da Câmara. Fátima vota com o governo. Mas a Câmara por maioria acaba aprovando o mínimo de R\$ 280,00 mandando a proposta para a aprovação no Senado. O governo só consegue derrubar o projeto no Senado por um “acórdão” e o mínimo acaba ficando em R\$ 260,00. Sobre as discussões do salário mínimo, o Senador Garibaldi Filho em entrevista ao jornal Tribuna do Norte fala sobre seu projeto da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias que iria solucionar os conflitos futuros sobre o mínimo.

“TN-Na LDO, a novidade é a definição de uma política para o salário mínimo. O que mais?

Garibaldi — Pela primeira vez também, ao lado dos números da economia do País, como o superávit primário, risco Brasil, taxa de inflação, colocamos na LDO uma política para reajuste do salário mínimo em 2005. Além de se autorizar o governo a ter uma política permanente para o salário mínimo a longo prazo, isso também é uma inovação. Se for seguida, a meta inflacionária do governo e o que está no relatório da LDO, o mínimo passaria para R\$ 280,00 em 2005. Garibaldi — É uma base. Poderá ser inferior a isso, mas o governo poderá conceder um salário mínimo maior, não poderá conceder menor. E esperamos que seja maior.

Essa sugestão que está no seu relatório, nasceu como? O senhor conversou com entidades sindicais, patronais?

Garibaldi — Ela nasceu pelo fato de, este ano, a repercussão do debate em torno do salário mínimo ter sido muito maior, com a aprovação na Câmara dos Deputados, a negativa no Senado Federal, a volta para a Câmara. O debate apesar de ter sido muito acirrado, foi muito

improdutivo, até emocional, muito irracional eu diria até. O senhor acha que isso se deu em função de 2004 ser um ano eleitoral? Garibaldi — Sim. Mas também não podemos deixar de admitir que em função da falta de critérios para definir o valor do mínimo. Se essa sua proposta estivesse em vigor, aquela confusão toda não teria existido...

Garibaldi — Teria se evitado, sim.”

2.3- A candidatura de Carlos Eduardo Alves

O prefeito Carlos Eduardo era um dos principais candidatos a vitória nas eleições municipais de Natal. No início da campanha se falou inclusive em uma vitória no primeiro turno. O prefeito nos meses que antecederam a eleição teve fortes conflitos com os empresários de ônibus que defendiam que a Assembléia Legislativa do RN aprovasse uma lei que entre outros pontos limitava o uso de meia passagem para os estudantes. Esta lei buscava transferir o controle da emissão das carteiras dos estudantes no caso das entidades representativas UNES(União Nacional dos Estudantes Secundaristas), UMES(União Municipal dos Estudantes Secundaristas) entre outras tantas e a fiscalização das carteiras da STTU(Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito Urbano) para o SETURN(Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Natal). Em outras palavras, retirava do poder público a fiscalização da emissão das carteiras de estudante. A Câmara aprovou o projeto de lei e o Prefeito vetou. O Prefeito como acreditava ter grande prestígio com o apoio da governadora não fez alianças com o empresariado. Porém, com a expressiva votação do candidato Miguel Mossoró, levando o prefeito a enfrentar Luiz Almir no segundo turno, as negociações tiveram de ser reatadas.

O prefeito Carlos Eduardo é natural da cidade do Rio de Janeiro, é filho de Agnelo Alves, irmão de Aluísio Alves⁴⁴. Morou desde os dois anos em Natal, voltando a terra Natal

⁴⁴ Tradicional político do Rio Grande no Norte que revolucionou a política com a preocupação marketing nas décadas de 60 e 70.

para completar seus estudos e se formar em Direito. Carlos Eduardo inicia sua atuação no campo da política, em 1986 como Deputado Estadual, mandato que conseguiu renovar por quatro vezes. Em 1996, assume como Secretário de Estado a frente da Secretaria de Trabalho, Justiça e Cidadania. Em 2000 é eleito vice-prefeito na chapa de Vilma de Farias. Carlos Eduardo até assumir a prefeitura em 2002 com a renúncia da governadora pra disputar a eleição Estadual, o prefeito era um político sem grande prestígio local. Estava ligado ao PMDB, sob a orientação de Aluísio Alves. O prefeito rompe com o PMDB filiando-se ao PSB seguindo a orientação da governadora de Farias. Quando Vilma consegue trazer o Carlos Eduardo para sua base de apoio acaba provocando um racha na família Alves. A campanha de reeleição do prefeito é fortemente apoiada pela governadora que consegue praticamente sem apoio de outros partidos reelegê-lo.

2.4 A candidatura de Luiz Almir

O deputado Luiz Almir inicia sua candidatura como sendo a opção mais viável para fazer frente ao prefeito. No início da campanha não possuía grande votação, mas com a farta votação do candidato Miguel Mossoró acabou indo para o segundo turno. No segundo turno a polarização não pode ser evitada. O candidato contava com o forte apoio do PMDB na figura do ex-governador Garibaldi Alves e ainda do PFL com José Agripino e do PSDB. Uma vez polarizada as forças o deputado pode contar com todo o prestígio político dessas lideranças. A votação para o segundo turno foi por demais apertada tendo o deputado perdido por um pouco mais de 14.000 votos(anexo 11).

Luiz Almir é natural de Juazeiro do Norte no interior do Ceará. O deputado já ocupou alguns cargos públicos como na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Interior, Diretor da ALCANORTE, Assessor da Secretaria de Promoção Social.

Participou ainda como Supervisão de Grupo de Trabalho intitulado Fashion de Pernambuco. O Deputado Luiz Almir era sem sombra de dúvida o candidato que possuía maior penetração entre a população mais carente de Natal. Várias vezes intitulou-se o Deputado da Zona Norte. Este era seu reduto eleitoral. Em muitos momentos ele proferia frases que sempre iniciavam com “a minha Zona norte”.

O candidato Luiz Almir é um grande exemplo do que nos falava a professora MENEGUELLO(1994), onde no Brasil a identificação com o candidato e não com o partido. Ele por três vezes mudou de partido, uma prática muito comum nos últimos tempos. Sobretudo no período próximo às eleições, puramente pra atender a política de alianças. Pertenceu ao PFL(Partido da Frente Liberal), ao PPB(Partido Progressista Brasileiro), ao PP(Partido Progressista) e ao PSDB(Partido da Social Democracia Brasileira) aonde está nesse momento. Uma amostra de que não existia relação entre o candidato e seu partido.

Luiz Almir é mais conhecido no estado como apresentador do programa “linha dura” do que como idealizador de projetos de grande impacto social. Este programa que vai ao ar pela Tv Potengi de segunda a sexta das 12:30 às 14:30 é sem dúvida o momento que o Deputado faz suas incursões nos lares dos mais humildes. Neste é possível assistir ao apresentador lendo as notícias vinculadas aos jornais locais e fazendo seus comentários sobre as mesmas. Vemos ainda a apresentação de artistas locais, entrevistas com convidados, promoção de festa e eventos, aí incluindo os “serestões”. Nestas festas, os participantes tem a oportunidade de conhecer o lado artístico do deputado. Ele se apresenta como cantor de seresta e anima as noites natalenses, tendo gravado inclusive um cd com as suas versões de músicas famosas e alguma de sua própria autoria.

Luiz Almir não fazia questão alguma de parecer um político popular, um político que fosse a cara do povo. Com ele a população mais carente deveria se identificar e tê-lo como seu legítimo representante. Podemos perceber pelo trecho de uma carta enviada para o deputado incluída na seção Cartas & Mensagens mandada por um popular :

Venho por meio desta, prestar minha solidariedade à sua pessoa. Não consigo imaginar o senhor como vice na prefeitura. O senhor enche nossas tardes com sua conversa séria, não obstante agradável e construtiva. Venho acompanhando sua carreira política desde muito tempo, aprendi a confiar no senhor, e a lhe querer bem como a um filho, e é como mãe que venho lhe dizer... Não desista de sua candidatura pois o povo de Natal está com o senhor. E somos nós que vamos coloca-lo na Prefeitura do Natal. Não adiantam as **críticas preconcebidas e preconceituosas**, pois quem vai lhe eleger são os votos e a vontade do povo, e o povo quer alguém que tenha pulso e sabe de suas necessidades e ninguém melhor que o senhor que é **um candidato natural, nascido em meio do povo e não fabricado em laboratório** como esse bonecos e bonecas pré-fabricados. Meu querido Luiz Almir, **somos nós os mais humildes que queremos o senhor como nosso Prefeito**, somos nós que precisamos do senhor e de suas propostas. Pois a prestação de serviços em geral no Rio Grande do Norte é capenga e nós precisamos de ação. Estamos aqui, eu e toda a minha família torcendo para termos na Prefeitura alguém que tenha a sua sensibilidade, que seja temente ao pai maior e que seja guiada pela nossa querida Santa Clara. Aqui finalizo com a certeza que juntos iremos ter a Natal realmente melhor, conte conosco. Um beijo grande, um forte abraço, desta sua segunda família e saiba, nossas portas estão abertas para você.
Antônia Rodrigues dos Santos⁴⁵

Breves comentários merecem serem postos sobre a referida carta. Primeiramente sobre “críticas preconcebidas” refere-se ao fato de sua imagem está diretamente ligada ao popular, ao povão, à periferia. A imagem de político vinculado às massas é ressaltada no momento seguinte que a remetente falar em um “candidato natural”, nascido no meio do povo. A seguir, a autora se inclui entre os humildes e no final da carta traz um dado por demais interessante, a religiosidade popular na figura de Santa Clara. Em nenhum de seus programas de TV, não é possível identificar uma imagem da Santa a qual o candidato

⁴⁵ Carta retirada do site www.luizalmir2006.com acessado em 16 de junho de 2006

identifica-se como devoto. A ela, o apresentador pede proteção e ao longo do programa faz algumas referências. Sobre seu programa Luiz Almir fala em seu site.

“Apresento um Programa na TV Potengi, afiliada na Band, de segunda à sexta das 12:30 as 14:30 horas, chamado Linha Dura a Voz do Povo . Trata-se de um Programa de maior duração ao vivo, do Estado, onde entrevistamos, políticos, empresários, lideranças comunitárias, apoiando a cultura e os artistas da terra e em parceria com os telespectadores, praticamos a solidariedade aos mais carentes.”⁴⁶

A outra arma utilizada pelo Deputado para fazer suas incursões na vida dos mais humildes, são, também, as tão divulgadas em seu programa obras assistencialistas, com o nome de Fundação Augusto Severo, mantidas pelo deputado. Nelas é possível obter atendimento medico e odontológico. Um exemplo seguido por tantos outros políticos que fazem uso do assistencialismo como veículo de campanha. Sobre suas obras o deputado fala:

“Com o salário de Deputado, assistimos aos excluídos, na medida do possível, com remédios, cestas básicas, etc. Mantemos três unidades da Fundação Augusto Severo, com 100 (cem) atendimentos odontológicos por dia, 30 (trinta) pediátricos, 10(dez) cardiológicos, diversos atendimentos de laboratório de analise clínica e uma escola com cinquenta crianças em Nova República, e uma ambulância socorrendo as urgências e levando pessoas urgentes para hemodiálise e fisioterapia.”⁴⁷

A estratégia do deputado para a campanha de 2004 era arregimentar o voto “dos excluídos” contando com a grande densidade populacional de Natal apontada como a região mais populosa da cidade.

“Nossa campanha é do tostão contra o milhão, do amor contra o ódio, da verdade contra a traição. Vamos vencer com Deus, Santa Clara e o povo de Natal.”⁴⁸

⁴⁶ Retirado do mesmo site.

⁴⁷ Retirado do mesmo site

⁴⁸ Tema da campanha de Luiz Almir

Nesse slogan da campanha de Luiz Almir podemos perceber todos os elementos presentes em sua candidatura. O tostão, contra, o milhão, referia-se ao prefeito que teria o apoio da governadora e muitos recursos para financiar sua candidatura. Por uma ironia, o mesmo deputado do tostão foi flagrado no dia da eleição com um maço de dinheiro distribuindo, ou melhor, oferecendo “ajuda” aos eleitores. “Verdade contra a traição” era uma alusão ao governo Lula e Dilma que teriam traído o povo brasileiro. Ao final, a forte presença da religiosidade com Santa Clara.

Capítulo 3- UM FENÔMENO NA POLÍTICA NATALENSE : A ONDA 36

Segundo a tese desenvolvida por este autor só será possível entender o fenômeno Miguel Mossoró se tivermos a compreensão da relação entre as duas últimas campanhas da deputada Fátima Bezerra.

3.1-A experiência do PT na Presidência da República e os desdobramentos na política local.

A campanha de 2002, foi a melhor em toda a trajetória política de Fátima Bezerra. Foi eleita com uma votação de 161.875 votos conforme anexo 1, sendo 23.634 votos a frente do segundo colocado. Analisemos melhor a votação da candidata pelos anexos 2, 3, 4, 5 e 6, teremos a votação em cada Zona eleitoral de Natal e o total de eleitores aptos para votar. Nos anexos 7, 8, 9, 10 e 11 temos exatamente a mesma relação só que referindo-se a campanha de 2004.

Zona Eleitoral	Número de Eleitores Aptos a Votar	Votos obtidos pela candidata	Porcentual obtido dos votos válidos
1ª	134.024	21.880	16%
2ª	77.872	14.110	18%
3ª	87.493	14.390	16%
4ª	147.452	32.626	22%

Dados da Campanha de Fátima Bezerra em 2002.

Zona Eleitoral	Número de Eleitores Aptos a Votar	Votos obtidos pela candidata	Porcentual obtido dos votos válidos
1ª	146.479	6.308	4%
2ª	77.680	4.395	5%
3ª	87.832	4.681	5%
4ª	157.113	11.947	7%

Dados da Campanha de Fátima Bezerra em 2004.

Passemos então a analisar os dados. Podemos perceber que em 2002, são as 2ª Zona e 4ª Zonas as áreas de maior votação em termos de porcentual de eleitores, respondendo

respectivamente a 18% e 22%. Podemos perceber ainda que foi justamente nessas mesmas áreas de Natal que percebemos a variação negativa mais forte em termos de redução de percentual dos votos válidos obtidos pela candidata em 2004 respondendo por uma queda respectivamente de 13 pontos para a 2ª Zona e 15 pontos para a 4ª Zona. Dessa forma, podemos concluir que foi justamente nas áreas que Fátima possuía maior índice de eleitores em 2002, que foi registrado a maior queda no pleito de 2004. Dessa forma podemos dizer a grosso modo que aqueles que deram o voto a Fátima em 2002 negaram em 2004.

Uma pequena explicação se faz necessário sobre as Zonas eleitorais de Natal:

- 1ª Zona: Corresponde a Santos Reis, Rocas, Lagoa Azul, Mãe Luiza, Paria do Meio, Redinha, Lagoa Azul, Potengi, Cidade Alta e Petrópolis.
- 2ª Zona: Corresponde a Alecrim, Barro Vermelho, Lagoa Seca, Cidade Alta, Tirol, Quintas.
- 3ª Zona: Corresponde a Lagoa Nova, Bairro Nordeste, Bom pastor, Quintas, Dix-sept Rosado.
- 4ª Zona: Corresponde a Felipe Camarão, Igapó, Pitimbú, Candelária, Neópolis, Ponta Negra, Capim Macio, Nova Descoberta.

Os dados das Zonas Eleitorais não permitem que possamos dizer que a classe média natalense, votou em Fátima, ou que Fátima não obteve os votos da periferia. Pois na mesma zona temos bairros onde moram as pessoas mais carentes, geralmente menos politizadas e bairros onde mora a elite natalense.

Busquemos então argumentos que reforcem a teoria proposta, retomando alguns pontos expostos no capítulo anterior.

"A candidatura de Fátima não pode ficar refém dos temas nacionais, de como ela votou aqui ou acolá. Temos de ter um discurso nacional e um bom projeto local", diz o vereador nesta

entrevista em que defende uma ação partidária para evitar "o uso ostensivo da televisão" pelos candidatos Luiz Almir e Mircala de Souza.⁴⁹

Porém, o que podemos perceber é que sim a deputada Fátima Bezerra foi sim afetada pelo desempenho do Presidente Lula, mas sobretudo foi julgada pela opção da deputada em vota com seu partido nas reformas previdenciárias que taxaram os servidores públicos aposentados e em outra matérias polêmicas. O próprio Hugo Manso nos dá as respostas em entrevista concedida ao Jornal a Tribuna do Norte:

“Mudando de assunto. Com o término da votação das reformas tributária e previdenciária, o governo conseguiu aprovar boa parte das reformas previstas. 2003 foi um ano bom, ou difícil para o PT?

HM - Muito difícil, na minha maneira de ver. O PT teve de conviver com uma situação nova, tendo sido o principal agente da vitória de Lula, tendo um programa partidário e tendo um governo, que é maior que o PT. O governo tem PTB, tem PSB, setores do PMDB, PDT, PPS, PL, PCdoB, e portanto nós, como PT, criamos uma expectativa social em cima de nosso conteúdo, e o governo não tinha a correlação de forças sociais para implementar exatamente o pensamento do PT. Então, o programa do governo é diferente do programa do PT. É mais amplo, absorve outras teses, e, no caso específico da reforma da previdência, nos causou muita tensão interna, que culminou, inclusive, com uma parte da bancada votando diferente da orientação do governo. Isso cria a dinâmica de um ano difícil, politicamente falando do partido. Eu próprio me sinto com dificuldades.

Como assim...

Eu fiz greve contra o governo, porque eu sou servidor do Cefet, e ao mesmo tempo eu sou governo, porque sou fundador do PT, trabalhei a vida inteira para ver esse projeto realizado. Então isso nos deixa em uma situação de tensão interna.”⁵⁰

O vereador nesse momento toca num ponto fundamental para o bom entendimento do sentimento que afligia ao mesmo, e a deputada Fátima Bezerra entre outros integrantes do PT. Dentro da coligação de forças que existiam dentro do partido,

⁴⁹ Tribuna do Norte edição de 21 de dezembro de 2003

⁵⁰ Tribuna do Norte na edição de 21 de dezembro de 2003.



como foi dito no capítulo I, existiam diversas correntes de pensamento e jogo de interesses. Num mesmo projeto, estava a ala mais à esquerda do partido que lutou desde a sua fundação pela defesa do funcionalismo público, contra a dependência do FMI e da política imperialista americana, pela conquistas trabalhistas, em 1989, o próprio Lula, defendia o não pagamento da dívida externa, redução de jornada de trabalho, redução de impostos, e entendia a greve como movimento legítimo; tendo ele mesmo organizado vários movimentos grevistas entre a década de 70 e 80. Dentro desse mesmo projeto da eleição de 2002 temos uma tendência centro-direita que representava o empresariado brasileiro na figura do vice-presidente José Alencar e de se partido o PL(Partido Liberal). No meio de todo esse conflito de interesse estava a chamada ala majoritária do PT que era responsável pela articulação e a administração dos conflitos das diversas tendências dentro do partido. Uma charge ilustra bem esse sentimento contraditório que viveram vários integrantes do partido após saírem da oposição e virarem governo. Esta charge reflete bem o dualismo petista:



Tribuna do Norte Edição de 29 de dezembro de 2003

Voltando pra realidade local o funcionalismo público e boa parte da classe média que era exatamente a base eleitoral da deputada Fátima Bezerra não demorou a cobra a fidelidade da mesma ao governo e a suposta traição, a sua base eleitoral. Vemos bancários e professores em movimento grevista os primeiros às vésperas das eleições de 2004

“Em Natal, os bancários paralisaram as atividades no dia 16 de setembro. Seguindo orientação nacional, a greve começou em algumas agências da capital e depois se expandiu para o interior do Estado. Os bancários reivindicam um reajuste salarial de 25%, aumento na participação dos lucros e resultados e ampliação do horário de atendimento ao público. No entanto, a proposta da Federação Nacional de Bancos (Fenabam) prevê apenas 8,5% de aumento. Em todas as assembleias, realizadas quase que diariamente desde o início do movimento, os bancários decidiram manter a greve por tempo indeterminado. O sistema de auto-atendimento dos bancos reduziu os prejuízos ao cliente. Na agência do Bradesco, no Centro da cidade, chegou a haver confronto entre sindicalistas e policiais. Um manifestante acabou preso. O banco conseguiu uma liminar para funcionar normalmente. Após treze dias de movimento, a greve dos bancários chegou inclusive a comprometer as vendas do comércio natalense em aproximadamente 20%. Os dois maiores bancos públicos do País (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) ameaçaram entrar com pedido de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST) por considerar o movimento abusivo. A ameaça, porém, não chegou a ser consumada.”⁵¹

“O pagamento dos servidores do Estado que não possuem conta corrente e recebem com a apresentação do CPF transcorreu em meio a tumulto e confusão. Desde as primeiras horas da manhã, a agência do Banco do Brasil, localizada no Centro Administrativo, ficou repleta de clientes tentando sacar os salários. As enormes filas revoltaram os clientes. Para quem tem cartão magnético as máquinas de auto-atendimento funcionaram durante todo o dia, mas com limite para saques.”⁵²

Os professores do Estado, também realizaram greve. Um dado interessante é que Fátima apoiou este movimento em detrimento ao movimento dos Professores da UFRN

⁵¹ Tribuna do Norte na edição do dia 29 de setembro 2004

⁵² Tribuna do Norte na edição do dia 01 de outubro de 2004 há dois dias das eleições

numa clara submissão às orientações do partido a nível Nacional. Nota retirada do jornal da Tribuna do Norte:

A greve dos professores da rede estadual de ensino completa hoje uma semana e já conta com 80% de adesão da categoria, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte (Sinte/RN). Nas escolas os professores convocados pelo estágio probatório (concurso simplificado implementado pela Secretaria Estadual de Educação) estão comparecendo para dar aula, mas faltam alunos. A secretaria nega o percentual e diz que algumas escolas já estão retomando as atividades.⁵³

Matéria da Tribuna do Norte relatando a Greve dos professores da UFRN em sintonia com o movimento nacional.

Os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) aprovaram indicativo de greve contra as novas regras para a aposentadoria do funcionalismo público. A decisão foi tomada ontem durante assembleia com representantes do sindicato e quase 80 servidores, na biblioteca da instituição.

De acordo com informações da Associação dos Docentes da Universidade no RN (Adurn), o indicativo já foi aprovado em 25 instituições e algumas universidades estaduais.

O objetivo da mobilização é evitar a votação final do projeto de lei número 9, de 1999, elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso. O indicativo determina que os professores parem de trabalhar, se o projeto, chamado de PL9, for encaminhado ao Congresso Nacional. A votação está prevista para ocorrer até o fim deste mês.

Segundo o presidente da Adurn, José Humberto de Araújo, o PL9 vai acabar com a aposentadoria integral e instituir uma previdência complementar, baseada no regime de capitalização por fundos de pensão privados.⁵⁴

Professores, bancários e o funcionalismo como um todo, além de estudantes são a base eleitoral de Fátima como dissemos anteriormente. Dessa forma, concluo que a campanha de Fátima em 2004, estava diretamente relacionada ao conflito que vivia o PT

⁵³ Tribuna do Norte na edição do dia 10 de junho de 2003

⁵⁴ Tribuna do Norte na edição do dia 10 de abril de 2003.

somada a opção da Deputada em estar coerente com as decisões da ala majoritária de seu partido em detrimento de sua base eleitoral.

3.2-A crise de esperança e a candidatura de Miguel Mossoró.

Um minuto e vinte e cinco segundos por dia na televisão, foi exatamente com esse tempo que um Senhor de 65 anos, militar aposentado, conseguiu mudar completamente as eleições municipais de Natal no ano de 2004. Rapidamente diversas pessoas se habilitaram na tentativa de explicar o que a mídia natalense chamou de “o fenômeno Miguel Mossoró” um candidato que possuía 0,5 % das intenções de voto chegou a 18% e a mais de 67.000 votos(anexo 12).Antes de tecer comentários sobre o “fenômeno” devemos conhecer um pouco sobre este candidato.

Miguel Mossoró, simplesmente não existia na história do Rio Grande do Norte, até as eleições de 2004. Para termos uma idéia, ele já foi candidato a Deputado Federal nas eleições gerais de 2002 obtendo exatos 207 votos em Natal, 114 em Mossoró e 395 em todo o estado⁵⁵. Somente a título de comparação o candidato a vereador de Natal eleito em 2004 com a menor votação o Senhor Antônio Junior da Silva obteve 4.099 e , para Deputado Federal em 2002 o Senhor Nélio Dias foi eleito com 79.399.⁵⁶ Dessa forma Miguel Mossoró não existia antes de 2004. Dados sobre a vida pessoal do candidato não foram publicados em nenhuma das fontes pesquisadas. Não existe nos jornais, no site não oficial de Miguel Mossoró⁵⁷ que saiu do ar há poucos meses e nas páginas que ainda estão armazenadas nos sites de buscas. Sabe-se apenas que o candidato possui 65 anos, nascido em

⁵⁵ Dados obtidos no site www.tre-rn.gov.br acessado em 22 de junho de 2006

⁵⁶ Dados obtidos no site www.tre-rn.gov.br acessado em 22 de junho de 2006

⁵⁷ www.miguelmossoro.cbj.com.br

8 de março de 1939 e foi para a reserva ocupando o posto de sargento no Exército Brasileiro.

Então vamos a campanha, com seus 1 mim e 25 s (anexo 13) Miguel Mossoró possuía pouco tempo para chamar a atenção se seu eleitorado. Não disse que seu nome era MIGUEL, como o colega do PRONA(Partido da Reedificação da Ordem Nacional), mas chamou a atenção de imediato pela capacidade criativa de suas propostas. A primeira foi a frase que durou toda a campanha que era a “mãozada nos turistas que vem a Natal prostituir nossas meninas , fumar maconha e cheirar cocaína.” Num primeiro momento a intenção não era outra a não ser não chamar a atenção. Logo a criatividade do militar de reserva ganhava força, começaram as propostas de construção de um túnel ligando o centro de Natal à Zona Norte sob o Rio Potengi. Seu nome agora ganhava as ruas sempre acompanhada de gargalhadas. Vieram ainda a construção das Torres Gêmeas em Natal até chegar a proposta que ficou mais conhecida de tantas que ele guardava em seu cofre. A construção de uma ponte de 340 Kilômetros ligando Natal a Fernando de Noronha. Tudo isso era falado em seu programa e entre populares que o candidato encontrava na maior seriedade possível. Mossoró aparece na mídia natalense. Ele possui grande carisma entre as crianças pelo tom divertido que é usado em sua propaganda fugindo da padronização adotada pelos demais candidatos que faziam jus a fama de que o horário eleitoral nada mais é que um engodo que atrapalha a programação da TV. Um estratégia de marketing fortíssima voltada para o grande público. Muitas mentes pensativas estavam por trás dessa estratégia de capanha.



Tribuna do Norte 07 de setembro de 2004

Tribuna do Norte 21 de setembro de 2004

No Jornal a Tribuna do Norte é publicado matéria relatando sua passeata bem próximo às eleições.

“ Na carreta de sábado passado, o militar da reserva saiu de Cidade Satélite e foi até a Praia do Meio. Miguel Mossoró aproveitou a movimentação para apresentar sua nova proposta. O túnel passará sob o rio Potengi. Para isso, o candidato disse que vai convocar ambientalistas e engenheiros para discutir a proposta. E citou as muralhas da China e o Canal da Mancha como obras que um dia as pessoas disseram ser impossíveis e que se concretizaram. O candidato diz que não é um candidato em quem os eleitores irão votar em **sinal de protesto**, mas pela capacidade de realizar projetos. Cerca de 20 pessoas, a **maioria jovens**, formavam a comitiva que acompanhou o candidato até a Praia do Meio.”⁵⁸

Pelo fragmento acima exposto, façamos alguns comentários vinculados na mídia natalense, que serão aqui rebatidos. Ao que se refere ao fato de, o candidato ser tido como voto de protesto. O Diário de Natal fez a seguinte pergunta a Cientistas Sociais: “ Miguel Mossoró: piada ou protesto?”⁵⁹

“Aluísio de Souza: é mais uma piada. Miguel Mossoró está no campo daquelas gracinhas que ocorrem vez por outra nos períodos eleitorais. Ele não deve ser levado a sério . É da época

⁵⁸ Jornal a Tribuna do Norte edição de 21/09/2004

⁵⁹ Não existem dados sobre os entrevistados a matéria resume-se apenas a falar em “Cientistas Políticos”.

das eleições Depois passa. Me soa estranho identificá-lo como um voto de protesto. Não é protesto votar em quem não tem um objetivo político. É mais uma piada. Que ninguém se engane, o discurso é reacionário, moralista e conservador. Ele se revestiu de graça, mas não é um caso que se deve levar a sério, sob pena da sociedade como um todo desacreditar na política.

João Emanuel Evangelista: um protesto despolitizado.

Miguel Mossoró é um fenômeno de marketing intuitivo que está tendo ressonância porque a população está muito descrente com os políticos. Prometer e não fazer cria um descrédito generalizado. A leitura geral é a de que, se todos vão prometer e não vão fazer, vota-se em quem está prometendo o absurdo. Uma forma de protesto. Mas um protesto despolitizado. Há perigos. Quando os políticos perdem o crédito, instala-se o vale-tudo. Aí cria-se um Miguel Mossoró. O processo eleitoral deixa de ser visto como um instrumento para resolver os problemas da cidade”⁶⁰

A respeito das opiniões reportadas na entrevista acima a tese desse trabalho vem a discordar completamente destas. Pela análise dos números da candidata Fátima Bezerra podemos concluir que Fátima perdeu seu eleitorado nas áreas onde tinha os maiores índices de popularidade, o que podemos presumir que foi justamente esse eleitorado aquele que mais votou no candidato Miguel Mossoró. Além desse dado importante, acredito que sua campanha foi articulada por pessoas que entendiam sim do jogo político e se interessaram na campanha de Miguel Mossoró, com dissemos anteriormente, como um instrumento de dar voz a seu protesto derrotando a candidata Fátima Bezerra, que foi absolutamente humilhada ficando muito votos atrás desse candidato tido como “pitoresco”.

A adesão à Miguel Mossoró não foi imediata. No início da campanha ele nem aparecia nas pesquisas. Conforme veremos a seguir o grande crescimento de Miguel Mossoró deu-se 30 dias antes da eleição. Acredito ter sido nesse período que as pessoas descontentes principalmente com Fátima Bezerra e com a estrutura política como um todo aderiu a campanha da onda 36.

⁶⁰ Texto publicado no Diário de Natal na edição do dia 23/02/2006

Façamos agora um breve histórico baseado nas pesquisas do IBOPE(Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) para as intenções de voto em Natal para que possamos entender a evolução do fenômeno.

- Pesquisa realizada pelo IBOPE no período de 22 a 24 de agosto:

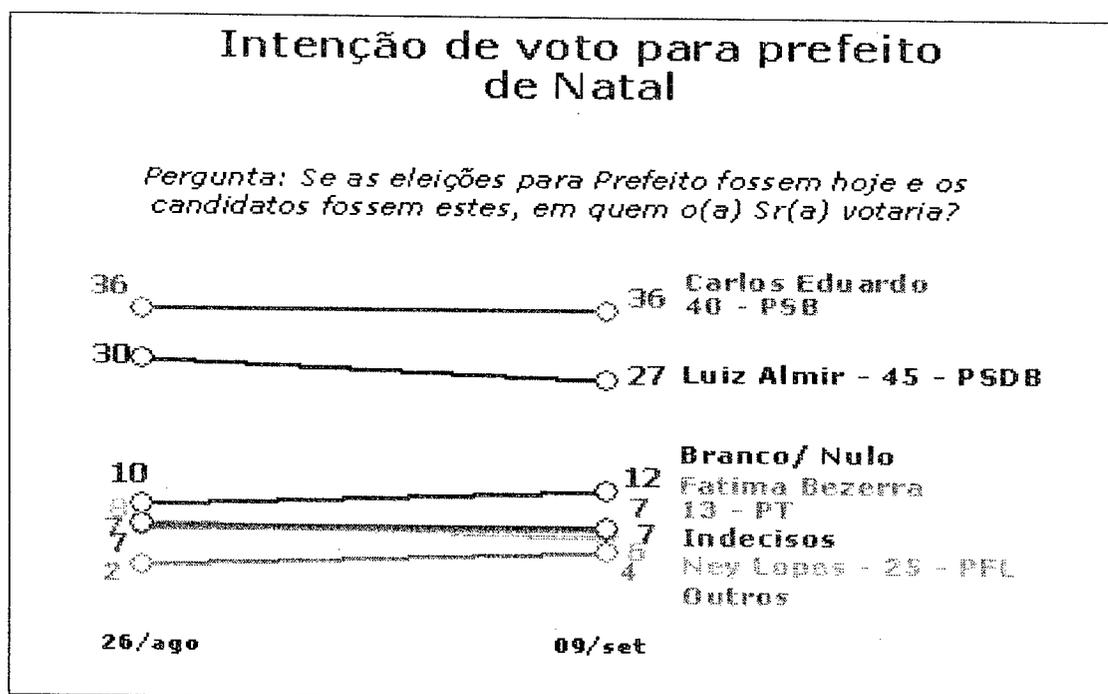
Intenção de voto para prefeito de Natal	
<i>Pergunta: Se as eleições para Prefeito fossem hoje e os candidatos fossem estes, em quem o(a) Sr(a) votaria?</i>	
Carlos Eduardo - 40 - PSB	36%
Luiz Almir - 45 - PSDB	30%
Ney Lopes - 25 - PFL	8%
Fátima Bezerra - 13 - PT	7%
Dário - 16 - PSTU	1%
Leandro - 31 - PHS	1%
Sargento Miguel Mossoro - 36 - PTC	0%
Branco/ Nulo	10%
Não sabe/ Não opinou	7%
Nota: As informações de partido e número dos candidatos não constavam nos discos apresentados aos entrevistados.	

Fonte www.ibope.com.br acessado em 24/06/2006

Miguel Mossoró não aparece na pesquisa Fátima tem 7% e Ney 8% Nulos 10%



- Pesquisa realizada entre os dias 05 e 07 de setembro



Fonte www.ibope.com.br acessado em 24 de junho de 2006

Miguel Mossoró continua sem ser citado, Fátima 7 e Ney 6

- Pesquisa realizada entre os dias 26 e 28 de setembro relatando Miguel Mossoró com 12% ultrapassando Fátima e Ney Lopes.

Natal: Votos válidos para prefeito

Candidato	%
Carlos Eduardo-40-PSB	41
Luiz Almir-45-PSDB	32
Sargento Miguel Mossoró-36-PTC	12
Fátima Bezerra-13-PT	8
Ney Lopes-25-PFL	6
Dário-16-PSTU	1
Leandro-31-PHS	0
	100%

A título de informação adicional, apresenta-se abaixo o percentual encontrado de votos brancos/nulos e indecisos, mas esse não deve ser somado aos votos

válidos apresentados acima.

Indecisos/ Branco/ Nulo

14%

Fonte www.ibope.com.br acessado em 24/06/2006

Uma charge publicada na Tribuna do Norte ilustra bem esse momento:



Tribuna do Norte 1 de outubro de 2004

Dessa forma podemos visualizar a meteórica trajetória do candidato Miguel Mossoró na Campanha de 2002. Concluo que o fenômeno só foi possível graças a combinação dos diversos fatores expostos nesse trabalho. O descontentamento por parte de boa parte da sociedade sobretudo o funcionalismo público com o governo Lula. Especialmente com Fátima Bezerra que optou por seguir a orientação de seu partido, em detrimento dos interesses daqueles que a elegera. O aparecimento de um candidato que é diferente de tudo que existia em termos de política , que inicialmente não tinha nenhuma perspectiva de vitória. A identificação deste candidato, como a oportunidade de jogar para os políticos locais que o povo estava indignado, que a sociedade não suportava mais tanta

incoerência, que a era da mentira deveria chegar ao fim. Com a palavra o Professor Ricardo Galvão em entrevista concedida ao Jornal a Tribuna do Norte no Caderno Natal:

O professor Ricardo Galvão explicou que a motivação para promover Mossoró é uma opção política. "A aposta em um candidato com idéias revolucionárias, embora tenha um tom de protesto, mostra que preferimos apoiar a audácia e coragem de um senhor que é sincero",⁶¹

Ao final da eleição, percebendo a expansão da onda 36 os políticos que até o momento digladiavam-se em acusações mútuas, afinaram o discurso, alertando para o perigo no voto "irresponsável" em Miguel Mossoró. Acredito que não seja possível em outro momento reunir todos esse fatores novamente, pois penso que a mensagem da onda 36 já foi dada e as mentes que arquitetaram a muito bem sucedida campanha de Mossoró e a própria sociedade já mostraram seu protesto. Já atingiram seu objetivo. O próprio Mossoró tem convicção que sozinho não sustenta uma candidatura, tanto que no atual momento até os dias da redação destas notas, o candidato dos 67.000 não proferiu nenhum pronunciamento se seria candidato em 2006. Acredito que Miguel Mossoró foi um capítulo fantástico na história de Natal, um momento único que a sociedade se reencontra com a política, organizando em poucos dias um grande movimento de protesto.

⁶¹ Tribuna do Norte 17 de setembro de 2004

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo contextualizar o cenário da redemocratização nas três últimas décadas, do fim do Regime Militar às eleições de 2004. Identificou, nas eleições municipais de Natal os diversos projetos políticos e perfis dos candidatos. Analisou o significado da candidatura de Miguel Mossoró.

No primeiro capítulo falou-se sobre o fim da ditadura militar e o período da redemocratização abordando as temáticas da crise econômica, linha dura, Igreja, Classe Média, o surgimento do Movimento Democrático Brasileiro e a política nas décadas de 80, 90 e 2000. No segundo foi feito um relatório das diversas tendências envolvidas na campanha municipal de Natal em 2004. No quarto capítulo foi feito um estudo sobre a experiência do governo do PT e os desdobramentos no governo local usando como objeto o resultado eleitoral da candidata Fátima Bezerra. Neste capítulo foi mostrado ainda os diversos significados da candidatura de Miguel Mossoró à prefeitura de Natal.

Dessa forma este trabalho conclui que a candidatura de Miguel Mossoró foi fruto da convergência de vários fatores entre eles o desejo de grande parte da população natalense em derrotar Fátima demonstrando sua indignação pelo fato desta ter se alinhado ao Governo Federal em prejuízo aos interesses daqueles que formaram sua base eleitoral. Essa pessoas atuaram de duas formas. Tanto dando efetivamente o voto a Miguel Mossoró ou ainda ajudando na elaboração e divulgação de sua campanha.

Referências Bibliográficas

- KUCINSKI, Bernardo. **O fim de ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 143 p.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. *Rev. Bras. Hist.*, 2004, vol.24, no.47, p.29-60.
- FICO, Carlos . **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. v. 1. p.127.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São.Paulo: Companhia das Letras, 2003, 838 p.
- DE ALMEIDA, Maria Fermínia e WEIS, Luiz. Carro Zero e pau-de-arara: o cotidiano de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador) **História da Vida Privada no Brasil** v. IV. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, 820 p.
- CRUZ, Nilton Carlos Santos, **A anistia de 1979: uma obra inacabada**. Natal, 2005. Monografia. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado de Oposição no Brasil (1964-1984)**.3. ed. Petrópolis: Vozes. 337 p.
- MEGUELLO, Rachel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In:DAGNINO, Evelina(org). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 172 p.
- AZEVEDO, Alessandro A. **Sem medo de dizer não: O PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990)**. Natal: EDIUFRN, 1997.182 p

- livros de Metodologia



Rio Grande do Norte

Relação dos Candidatos Eleitos para o cargo de Deputado Federal no RN

Nome do Candidato	Partido	Votação
MARIA DE FATIMA BEZERRA	PT	161.875
ÁLVARO DIAS	PMDB	138.241
IBERE PAIVA FERREIRA DE SOUZA	PTB	103.882
NEY LOPES DE SOUZA	PFL	97.425
BETINHO ROSADO	PFL	92.888
SANDRA ROSADO	PMDB	90.792
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	85.437
NELIO DIAS	PPB	79.399

ANEXO I

Região	Voto	Segão	Voto	Segão	Votos	Segão	Voto	Segão	Votos	Segão	Voto	Segão
1	62	4	73	4	46	50	37	79	81	8		
2	31	10	24	12	38	26	73	39	43	14		
3	46	18	48	20	73	29	48	44	46	24		
4	45	26	57	28	48	51	44	54	53	21		
5	70	34	61	36	57	52	59	66	50	34		
6	46	42	47	44	55	34	57	48	38	21		
7	47	50	45	52	43	55	53	68	84	37		
8	59	58	41	60	45	66	60	62	61	47		
9	80	66	67	68	63	52	54	51	71	72		
10	71	74	53	76	60	86	80	74	51	79		
11	48	82	24	84	30	40	39	42	28	37		
12	34	90	43	92	56	55	53	77	80	34		
13	96	98	90	92	102	118	71	86	95	34		
14	104	106	97	108	117	102	88	109	111	103		
15	99	114	95	116	106	105	90	88	111	111		
16	101	122	95	124	93	84	88	88	82	134		
17	82	130	47	132	70	56	61	97	104	125		
18	63	138	80	140	84	101	97	54	61	135		
19	66	146	73	148	64	132	122	94	67	142		
20	78	154	64	156	69	61	66	124	116	151		
21	67	163	76	165	44	37	73	58	95	159		
22	92	172	121	175	51	58	37	61	91	169		
23	64	181	80	183	79	58	46	94	96	176		
24	54	191	69	193	41	114	107	76	99	188		
25	116	205	100	208	75	80	94	73	45	199		
26	76	215	108	217	103	114	112	64	53	211		
27	21	224	8	226	18			140	37	221		

Anexo 4



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Distribuição do Eleitorado

ZONA	NOME DA LOCALIDADE	APTOS
1	NATAL	1340
2	NATAL	778
3	NATAL	874
4	NATAL	1474
Total das Zonas de Natal		4468



Anexo 6

ÍCIO: NATAL

IA: 1

Seção	Votos														
1	19	2	22	3	28	4	24	5	20	6	7	7	16	8	8
9	12	10	7	11	15	12	9	13	10	14	21	15	11	16	16
17	33	18	25	19	24	20	22	21	19	22	17	23	16	24	24
25	12	26	10	27	16	28	13	29	18	30	11	31	11	32	32
33	29	34	28	35	30	36	29	37	27	38	23	39	20	40	40
41	29	42	31	43	25	44	35	45	26	46	34	47	16	48	48
49	14	50	10	51	22	52	21	53	17	54	20	55	18	56	56
57	10	58	20	59	17	60	22	61	25	62	30	63	22	64	64
65	23	66	19	67	35	68	33	69	26	70	26	71	28	72	72
73	38	74	31	75	30	76	39	77	28	78	27	79	22	80	80
81	24	82	24	83	29	84	11	85	17	86	15	87	23	88	88
89	18	90	20	91	13	92	16	93	21	94	27	95	18	96	96
97	17	98	24	99	26	100	22	101	18	102	20	103	17	104	104
105	20	106	16	107	16	108	20	109	16	110	17	111	16	112	112
113	15	114	11	115	10	116	15	117	15	118	23	119	20	120	120
121	17	122	20	123	14	124	22	125	10	126	13	127	15	128	128
129	11	130	13	131	18	132	17	133	23	134	22	135	23	136	136
137	20	138	31	139	31	140	18	141	25	142	18	143	15	144	144
145	29	146	17	147	16	148	12	149	10	150	16	151	17	152	152
153	18	154	15	155	26	156	26	157	15	158	15	159	26	160	160
161	12	162	16	163	20	164	20	165	18	166	22	167	26	168	168
169	11	170	17	171	12	172	8	173	11	174	6	175	13	176	176
177	16	178	4	179	10	180	23	181	28	182	32	183	18	184	184
185	24	186	17	187	11	188	20	189	24	190	27	191	30	192	192
193	24	194	19	195	23	196	7	197	22	198	20	199	18	200	200
201	20	202	21	203	28	204	15	205	17	206	26	207	22	208	208
209	8	210	13	211	20	212	24	213	17	214	13	215	24	216	216
217	21	218	17	219	19	220	17	221	17	222	27	223	17	224	224
225	18	226	16	227	22	228	22	229	16	230	13	231	18	232	232
233	18	234	25	235	12	237	21	238	13	239	15	240	19	241	241
242	25	243	7	244	25	245	19	246	3	247	7	248	26	249	249
250	16	251	33	252	23	253	18	254	23	255	18	256	21	257	257
259	20	260	24	261	12	262	11	264	27	265	19	266	18	267	267
268	18	269	16	270	17	271	20	272	16	273	17	274	10	275	275
276	19	277	15	278	14	279	17	280	17	281	21	282	12	283	283
284	12	285	19	286	20	287	22	288	25	289	20	290	13	291	291

292	21	293	19	294	18	295
300	21	301	19	302	18	303
308	25	309	23	310	9	311
316	17	317	10	318	8	319
324	12	325	16	326	13	327
332	3	333	16	334	10	335
341	5	342	7	343	5	344

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 6.308

19	296	9	297	21	298	17	299
20	304	13	305	20	306	12	307
13	312	12	313	28	314	9	315
14	320	12	321	12	322	8	323
10	328	22	329	12	330	5	331
6	337	7	338	4	339	23	340
5	345	6	346	7	347	3	

A: 2

Seção	Votos																
1	19	2	27	3	36	4	33	5	27	6	32	7	37	8	37	9	8
9	20	10	26	11	23	12	25	13	31	14	27	15	27	16	27	17	16
17	22	18	17	19	13	20	24	21	22	22	26	23	19	24	23	25	24
25	29	26	21	27	25	28	35	29	31	30	22	31	18	32	31	33	32
33	32	34	38	35	18	36	25	37	13	38	19	39	36	40	39	41	40
41	17	42	21	43	31	44	32	45	25	46	18	47	18	48	47	49	48
49	25	50	21	51	24	52	14	53	21	54	13	55	22	56	55	57	56
57	19	58	11	59	23	60	18	61	19	62	21	63	27	64	63	65	64
65	25	66	33	67	29	68	35	69	30	70	26	71	28	72	71	73	72
73	22	74	25	75	24	76	12	77	17	78	22	79	14	80	79	81	80
81	13	82	12	83	21	84	15	85	24	86	27	87	18	88	87	89	88
89	27	90	31	91	36	92	29	93	23	94	26	95	23	96	95	97	96
97	14	98	11	99	12	100	14	101	21	102	17	103	17	104	103	105	104
105	18	106	15	107	14	108	15	109	12	110	14	111	15	112	111	113	112
113	9	114	7	115	12	116	14	117	16	118	18	119	12	120	119	121	120
121	17	122	12	123	28	124	28	125	21	126	29	127	36	128	127	129	128
129	40	130	41	131	40	132	36	133	30	134	31	135	29	136	135	137	136
137	9	138	24	139	24	140	26	141	26	142	31	143	30	144	143	145	144
145	39	146	45	147	18	148	25	149	16	150	26	151	33	152	151	153	152
153	24	154	14	155	29	156	13	157	20	158	22	159	16	160	159	161	160
161	21	162	26	163	24	164	19	165	40	166	22	167	10	168	167	169	168
169	18	170	14	171	25	172	21	173	36	174	25	176	33	178	176	179	178
179	7	180	16	181	9	182	34	183	13	184	21	186	17	187	186	188	187
188	17	189	38	191	11	192	27	193	4	194	18	196	18	197	196	198	197
198	35	199	16														

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 4.395

Anexo 8

IA: 3

Seção	Votos																
1	19	2	18	3	24	4	18	5	21	6	27	7	27	8	27	7	27
9	9	10	10	11	6	12	7	13	25	14	7	15	15	16	20	19	20
17	10	18	21	19	20	20	14	21	17	22	16	23	23	17	17	23	17
25	10	26	14	27	16	28	17	29	9	30	17	31	31	19	31	31	19
33	15	34	21	35	19	36	17	37	19	38	22	39	39	20	39	39	20
41	19	42	14	43	20	44	15	45	11	46	7	47	47	10	47	47	10
49	12	50	13	51	12	52	10	53	20	54	28	55	55	19	55	55	19
57	16	58	14	59	8	60	22	61	22	62	15	63	63	17	63	63	17
65	22	66	23	67	18	68	17	69	15	70	20	71	71	20	71	71	20
73	14	74	13	75	16	76	23	77	20	78	29	79	79	11	79	79	11
81	14	82	11	83	13	84	12	85	10	86	8	87	87	15	87	87	15
89	13	90	14	91	17	92	21	93	22	94	27	95	95	23	95	95	23
97	29	98	33	99	36	100	38	101	24	102	36	103	103	26	103	103	26
105	35	106	36	107	41	108	32	109	32	110	30	111	111	51	111	111	51
113	41	114	32	115	36	116	32	117	31	118	23	119	119	35	119	119	35
121	48	122	38	123	31	124	33	125	34	126	37	127	127	30	127	127	30
129	34	130	19	131	22	132	14	133	22	134	10	135	135	21	135	135	21
137	21	138	26	139	32	140	23	141	23	142	28	143	143	14	143	143	14
145	14	146	13	147	15	148	43	149	42	150	39	151	151	48	151	151	48
153	24	154	19	155	18	156	18	157	23	158	22	159	159	29	159	159	29
162	10	163	26	164	25	165	13	166	16	167	21	169	169	37	169	169	37
171	22	172	37	174	17	175	9	176	12	177	24	178	178	31	178	178	31
180	22	181	19	182	19	183	17	185	14	187	24	188	188	38	188	188	38
190	20	191	22	192	17	193	36	195	41	196	20	199	199	7	199	199	7
203	48	205	36	207	19	208	28	209	33	210	22	211	211	14	211	211	14
214	18	215	47	216	39	217	39	219	32	220	48	222	222	22	222	222	22
224	8	225	17	226	23	227	13	228	5	229	2	229	229	2	229	229	2

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 4.681

Ar-009

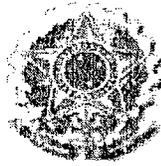
Idêntico	Votos	Seção	Votos												
1	16	2	15	3	20	4	9	5	17	6	30	7	20	8	
9	25	10	23	11	22	12	22	13	12	14	20	15	14	16	
17	29	18	18	19	30	20	30	21	19	22	37	23	28	24	
25	37	26	36	27	28	28	34	29	32	30	28	31	25	32	
33	48	34	36	35	31	36	30	37	35	38	23	39	29	40	
41	23	42	36	43	31	44	31	45	32	46	34	47	33	48	
49	24	50	22	51	13	52	19	53	19	54	22	55	14	56	
57	13	58	14	59	12	60	15	61	9	62	45	63	20	64	
65	59	66	51	67	54	68	61	69	42	70	58	71	54	72	
73	49	74	54	75	36	76	48	77	54	78	53	79	40	80	
81	48	82	46	83	56	84	32	85	19	86	26	87	45	88	
89	44	90	32	91	53	92	48	93	52	94	46	95	45	96	
97	63	98	36	99	34	100	28	101	41	102	28	103	55	104	
105	36	106	45	107	26	108	41	109	28	110	51	111	44	112	
113	39	114	49	115	15	116	42	117	46	118	49	119	42	120	
121	50	122	44	123	38	124	58	125	35	126	50	127	57	128	
129	49	130	50	131	41	132	51	133	45	134	52	135	60	136	
137	64	138	52	139	39	140	43	141	38	142	37	143	32	144	
145	35	146	71	147	73	148	77	149	50	150	59	151	60	152	
153	73	154	57	155	53	156	63	157	77	158	66	159	47	160	
161	40	162	48	163	44	164	42	165	57	166	48	167	71	168	
169	54	170	51	171	52	172	41	173	51	174	25	175	17	176	
177	13	178	8	179	16	180	8	181	10	182	14	183	15	184	
185	14	186	12	187	19	188	15	189	15	190	15	191	13	192	
193	8	194	13	195	7	196	40	197	8	198	48	199	21	200	
201	45	202	12	203	17	204	46	205	22	206	12	207	56	208	
209	19	210	12	211	45	212	55	213	14	214	29	215	16	216	
217	19	218	26	219	24	220	14	221	19	222	69	223	19	224	
225	67	226	42	227	14	228	23	229	22	230	52	231	53	232	
233	9	234	18	235	32	236	26	237	44	238	33	239	52	240	
241	40	242	49	243	22	244	25	245	16	246	19	247	54	249	
250	30	251	7	252	24	257	52	258	9	260	17	261	22	262	
263	26	264	14	265	17	266	51	267	55	268	54	269	41	270	
273	23	274	15	275	12	276	43	277	7	278	24	279	59	280	
281	41	282	66	283	20	284	13	285	56	286	21	287	20	289	
290	17	291	72	292	16	293	19	294	20	295	24	296	24	297	
298	43	299	12	300	19	301	30	302	29	303	20	304	31	305	
306	13	307	24	308	34	309	48	310	19	311	51	312	46	313	

314	27	315	40	316	14	317
322	52	323	66	324	51	325
330	22	331	23	332	43	333
338	34	339	56	340	55	341
346	27	347	9	348	5	350
356	11					

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 11.947



17	318	68	319	61	320	14	321
79	326	78	327	50	328	44	329
47	334	18	335	30	336	15	337
17	342	56	343	16	344	19	345
3	351	54	352	27	353	4	355



Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - RN
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE ELEIÇÕES

DISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO ZONA/MUNICÍPIO

ZONA	MUNICÍPIO	LOCAIS	SEÇÕES	ELEITORES	
1	17612 NATAL	66	349	146.479	
		Totais da Zona:	66	349	146.479
2	17612 NATAL	28	197	77.680	
		Totais da Zona:	28	197	77.680
3	17612 NATAL	35	217	87.832	
		Totais da Zona:	35	217	87.832
4	17612 NATAL	58	354	157.113	
		Totais da Zona:	58	354	157.113

ANEXO II



Cargo: PREFEITO
Candidato: 36 - MIGUEL JOAQUIM DA SILVA
Partido: 36 - PTC
Situação: Não eleito

Voltar

INICÍPIO: NATAL

NA: 1

Seção	Votos														
1	93	2	81	3	104	4	96	5	73	6	68	7	55	8	
9	54	10	57	11	54	12	54	13	46	14	61	15	60	16	
17	81	18	84	19	92	20	93	21	53	22	57	23	76	24	
25	54	26	61	27	47	28	29	29	36	30	34	31	39	32	
33	64	34	50	35	69	36	50	37	51	38	47	39	46	40	
41	52	42	67	43	48	44	51	45	49	46	48	47	39	48	
49	37	50	29	51	37	52	59	53	61	54	44	55	64	56	
57	39	58	57	59	55	60	70	61	74	62	69	63	71	64	
65	70	66	73	67	79	68	80	69	83	70	63	71	76	72	
73	78	74	90	75	85	76	64	77	70	78	70	79	54	80	
81	49	82	47	83	43	84	41	85	50	86	47	87	38	88	
89	47	90	38	91	46	92	60	93	59	94	60	95	51	96	
97	50	98	70	99	58	100	69	101	52	102	64	103	54	104	
105	59	106	45	107	38	108	53	109	43	110	48	111	51	112	
113	37	114	38	115	28	116	44	117	55	118	58	119	52	120	
121	33	122	57	123	49	124	34	125	41	126	38	127	28	128	
129	27	130	43	131	38	132	35	133	21	134	40	135	28	136	
137	37	138	32	139	34	140	43	141	42	142	38	143	42	144	
145	29	146	40	147	38	148	39	149	38	150	34	151	31	152	
153	45	154	41	155	40	156	42	157	41	158	40	159	29	160	

161	36	162	36	163	38	164	26	165	24	166	39	167	29	168
169	26	170	38	171	38	172	30	173	39	174	37	175	27	176
177	56	178	25	179	50	180	43	181	27	182	38	183	39	184
185	52	186	54	187	50	188	40	189	44	190	36	191	46	192
193	27	194	46	195	106	196	17	197	78	198	80	199	97	200
201	50	202	55	203	43	204	62	205	46	206	64	207	56	208
209	44	210	39	211	87	212	54	213	42	214	42	215	102	216
217	46	218	39	219	68	220	55	221	84	222	41	223	44	224
225	48	226	72	227	42	228	50	229	36	230	54	231	40	232
233	46	234	76	235	106	237	49	238	50	239	51	240	52	241
242	41	243	40	244	37	245	67	246	14	247	31	248	56	249
250	40	251	31	252	49	253	43	254	50	255	30	256	45	257
259	36	260	52	261	26	262	50	264	45	265	64	266	40	267
268	45	269	59	270	36	271	37	272	29	273	32	274	41	275
276	36	277	42	278	31	279	42	280	36	281	36	282	30	283
284	57	285	57	286	34	287	63	288	38	289	91	290	42	291
292	42	293	20	294	28	295	39	296	32	297	49	298	104	299
300	34	301	49	302	29	303	49	304	41	305	33	306	43	307
308	32	309	32	310	41	311	40	312	44	313	107	314	37	315
316	37	317	18	318	34	319	40	320	34	321	52	322	18	323
324	37	325	39	326	50	327	34	328	36	329	42	330	13	331
332	14	333	14	334	24	335	32	337	14	338	14	339	35	340
341	6	342	7	343	5	344	14	345	17	346	25	347	23	

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 16.295

Seção	Votos														
1	69	2	64	3	68	4	60	5	59	6	60	7	67	8	8
9	56	10	69	11	58	12	76	13	61	14	66	15	66	16	16
17	67	18	48	19	53	20	40	21	66	22	56	23	73	24	24
25	75	26	70	27	67	28	77	29	89	30	84	31	85	32	32
33	77	34	51	35	64	36	56	37	66	38	56	39	56	40	40
41	67	42	68	43	49	44	60	45	64	46	50	47	47	48	48
49	61	50	58	51	56	52	51	53	49	54	40	55	51	56	56
57	60	58	41	59	50	60	50	61	45	62	47	63	60	64	64
65	48	66	32	67	66	68	44	69	66	70	42	71	55	72	72
73	50	74	62	75	45	76	65	77	51	78	62	79	57	80	80

81	44	82	62	83	51	84	61
89	46	90	59	91	43	92	77
97	48	98	40	99	37	100	39
105	56	106	59	107	51	108	27
113	47	114	54	115	56	116	59
121	40	122	41	123	79	124	84
129	83	130	78	131	64	132	82
137	44	138	60	139	74	140	76
145	80	146	74	147	57	148	73
153	66	154	65	155	64	156	57
161	63	162	63	163	78	164	79
169	60	170	29	171	48	172	77
179	68	180	72	181	72	182	55
188	93	189	92	191	70	192	63
198	92	199	75				

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 12.005

IA: 3

Seção	Votos								
1	63	2	56	3	35	4	42	5	26
9	35	10	24	11	42	12	26	13	71
17	73	18	56	19	56	20	71	21	71
25	55	26	65	27	68	28	71	29	57
33	66	34	56	35	57	36	57	37	37
41	33	42	48	43	44	44	37	45	40
49	40	50	46	51	31	52	40	53	66
57	74	58	39	59	40	60	66	61	36
65	63	66	68	67	62	68	36	69	52
73	49	74	43	75	37	76	52	77	39
81	45	82	33	83	29	84	39	85	41
89	47	90	36	91	44	92	41	93	90
97	76	98	109	99	86	100	90	101	75
105	80	106	80	107	95	108	75	109	78
113	87	114	77	115	71	116	78	117	73
121	55	122	82	123	76	124	73	125	62
129	69	130	46	131	52	132	62	133	86
137	44	138	74	139	81	140	86		

85	50	86	44	87	38	88
93	71	94	80	95	63	96
101	40	102	34	103	41	104
109	26	110	39	111	21	112
117	56	118	38	119	51	120
125	72	126	90	127	97	128
133	88	134	73	135	72	136
141	79	142	78	143	79	144
149	100	150	87	151	99	152
157	76	158	49	159	53	160
165	90	166	65	167	59	168
173	90	174	73	176	86	178
183	70	184	80	186	76	187
193	12	194	59	196	82	197

Seção	Votos	Seção	Votos	Seção	Votos	Seção	Votos
5	30	6	75	7	59	8	
13	52	14	53	15	66	16	
21	64	22	63	23	67	24	
29	58	30	65	31	55	32	
37	55	38	52	39	37	40	
45	54	46	32	47	34	48	
53	66	54	65	55	75	56	
61	55	62	65	63	68	64	
69	68	70	58	71	69	72	
77	67	78	68	79	52	80	
85	40	86	27	87	25	88	
93	41	94	70	95	51	96	
101	54	102	84	103	76	104	
109	73	110	77	111	82	112	
117	91	118	69	119	92	120	
125	71	126	86	127	84	128	
133	57	134	37	135	48	136	
141	83	142	61	143	74	144	

145	67	146	54	147	70	148	96
153	73	154	83	155	79	156	58
162	78	163	45	164	47	165	65
171	100	172	96	174	72	175	48
180	73	181	61	182	79	183	66
190	67	191	74	192	82	193	102
203	83	205	90	207	97	208	67
214	67	215	100	216	101	217	91
224	51	225	89	226	71	227	81

AL DE VOTOS DO CANDIDATO NA ZONA: 13.879

A: 4

Seção	Votos								
1	57	2	58	3	56	4	57	5	57
9	46	10	83	11	44	12	54	13	54
17	57	18	59	19	48	20	83	21	83
25	61	26	66	27	87	28	78	29	78
33	83	34	72	35	65	36	87	37	87
41	69	42	100	43	68	44	85	45	85
49	62	50	58	51	68	52	62	53	62
57	54	58	61	59	60	60	51	61	51
65	107	66	96	67	94	68	95	69	95
73	78	74	77	75	85	76	96	77	96
81	79	82	76	83	83	84	68	85	68
89	72	90	89	91	78	92	92	93	92
97	98	98	96	99	82	100	96	101	96
105	95	106	77	107	77	108	64	109	64
113	71	114	77	115	74	116	86	117	86
121	98	122	91	123	93	124	83	125	83
129	90	130	90	131	95	132	66	133	66
137	87	138	116	139	59	140	68	141	68
145	65	146	86	147	71	148	67	149	67
153	74	154	70	155	89	156	87	157	87
161	93	162	99	163	96	164	82	165	82
169	95	170	99	171	105	172	104	173	104
177	19	178	16	179	31	180	21	181	21
185	25	186	29	187	25	188	21	189	21

149	96	150	72	151	71	152
157	85	158	55	159	75	160
166	70	167	68	169	73	170
176	68	177	77	178	72	179
185	80	187	92	188	89	189
195	77	196	101	199	85	200
209	115	210	89	211	69	213
219	84	220	94	222	112	223
228	19	229	30			

Seção	Votos	Seção	Votos	Seção	Votos	Seção	Votos
5	60	6	67	7	55	8	
13	59	14	68	15	64	16	
21	88	22	68	23	90	24	
29	53	30	74	31	74	32	
37	104	38	75	39	82	40	
45	77	46	75	47	71	48	
53	77	54	78	55	65	56	
61	51	62	96	63	64	64	
69	88	70	122	71	102	72	
77	72	78	73	79	75	80	
85	50	86	43	87	89	88	
93	93	94	100	95	95	96	
101	91	102	93	103	66	104	
109	90	110	90	111	102	112	
117	78	118	102	119	81	120	
125	100	126	88	127	83	128	
133	60	134	106	135	91	136	
141	59	142	50	143	65	144	
149	77	150	85	151	78	152	
157	81	158	109	159	87	160	
165	97	166	110	167	95	168	
173	103	174	33	175	23	176	
181	27	182	26	183	29	184	
189	22	190	43	191	19	192	

197	57	198	70	199	29	200	1
205	56	206	22	207	104	208	1
213	26	214	77	215	68	216	
221	63	222	77	223	49	224	
229	79	230	97	231	97	232	
237	119	238	93	239	103	240	
245	54	246	72	247	112	249	
258	38	260	76	261	63	262	
267	88	268	107	269	106	270	
277	28	278	38	279	118	280	1
285	90	286	62	287	85	289	
294	46	295	40	296	61	297	
302	89	303	43	304	89	305	
310	59	311	92	312	134	313	1
318	94	319	121	320	46	321	
326	78	327	96	328	107	329	
334	87	335	129	336	37	337	1
342	59	343	44	344	66	345	
351	64	352	31	353	14	355	

Justiça Eleitoral/RN
 Eleições Municipais de 2004
 Sistema de Horário Eleitoral Gratuito - Versão 2.06 (Oficial)
 Distribuição diária de tempo

Município: 17612 - NATAL
 Cargo: Prefeito

Partido/Coligação	I N S E R Ç Õ E S / R Á D I O - T	
	Tempo Iguatário	Tempo Proporc
	(mm:ss:cc)	(mm:ss:cc)
16 - PSTU	01'25''71	00'00''00
31 - PHS	01'25''71	00'00''00
36 - PTC	01'25''71	00'00''00
VONTADE DO POVO	01'25''71	03'18''80
VITORIA DO POVO	01'25''71	07'23''11
UNIDADE POPULAR	01'25''71	05'42''51
FRENTE POPULAR DE NATAL	01'25''71	03'35''56

relH

Justiça Eleitoral/RN
 Eleições Municipais de 2004
 Sistema de Horário Eleitoral Gratuito - Versão 2.06 (Oficial)
 Distribuição diária de tempo

Município: 17612 - NATAL
 Cargo: Prefeito

Partido/Coligação	R Á D I O	
	Tempo Iguatário	Tempo Proporc
	(mm:ss:cc)	(mm:ss:cc)
16 - PSTU	01'25''71	00'00''00
31 - PHS	01'25''71	00'00''00
36 - PTC	01'25''71	00'00''00
VONTADE DO POVO	01'25''71	03'18''80
VITORIA DO POVO	01'25''71	07'23''11
UNIDADE POPULAR	01'25''71	05'42''51
FRENTE POPULAR DE NATAL	01'25''71	03'35''56

relH

Justiça Eleitoral/RN
 Eleições Municipais de 2004
 Sistema de Horário Eleitoral Gratuito - Versão 2.06 (Oficial)
 Distribuição diária de tempo

Município: 17612 - NATAL
 Cargo: Vereador

Partido/Coligação	R Á D I O	
	Tempo Iguatário	Tempo Proporc
	(mm:ss:cc)	(mm:ss:cc)
16 - PSTU	00'46''15	00'00''00
17 - PSL	00'46''15	00'02''39
25 - PFL	00'46''15	03'18''40
26 - PAN	00'46''15	00'00''00
31 - PHS	00'46''15	00'00''00
36 - PTC	00'46''15	00'00''00
43 - PV	00'46''15	00'11''95
DESPERTA NATAL	00'46''15	00'00''00
NATAL DA GENTE	00'46''15	02'47''33
AVANÇA NATAL	00'46''15	03'11''23
UNIDADE POPULAR	00'46''15	05'41''83
MOBILIZAÇÃO LIBERAL	00'46''15	01'11''71
FRENTE POPULAR DE NATAL	00'46''15	03'35''13

relH

Justiça Eleitoral/RN
 Eleições Municipais de 2004
 Sistema de Horário Eleitoral Gratuito - Versão 2.06 (Oficial)
 Distribuição diária de tempo

Município: 17612 - NATAL
 Cargo: Prefeito

Partido/Coligação	T E L E V I S Ã O	
	Tempo Iguatário	Tempo Proporc
	(mm:ss:cc)	(mm:ss:cc)
16 - PSTU	01'17''14	00'00''00
31 - PHS	01'17''14	00'00''00
36 - PIC	01'17''14	00'00''00
VONTADE DO POVO	01'17''14	02'58''92
VITORIA DO POVO	01'17''14	06'38''80
UNIDADE POPULAR	01'17''14	05'08''26
FRENTE POPULAR DE NATAL	01'17''14	03'14''01

relH

Justiça Eleitoral/RN
 Eleições Municipais de 2004
 Sistema de Horário Eleitoral Gratuito - Versão 2.06 (Oficial)
 Distribuição diária de tempo

Município: 17612 - NATAL
 Cargo: Vereador

Partido/Coligação	T E L E V I S Ã O	
	Tempo Iguatário	Tempo Proporc
	(mm:ss:cc)	(mm:ss:cc)
16 - PSTU	00'41''53	00'00''00
17 - PSL	00'41''53	00'02''15
25 - PFL	00'41''53	02'58''56
26 - PAN	00'41''53	00'00''00
31 - PHS	00'41''53	00'00''00
36 - PIC	00'41''53	00'00''00
43 - PV	00'41''53	00'10''75
DESPERIA NATAL	00'41''53	00'00''00
NATAL DA GENTE	00'41''53	02'30''59
AVANÇA NATAL	00'41''53	02'52''11
UNIDADE POPULAR	00'41''53	05'07''64
MOBILIZAÇÃO LIBERAL	00'41''53	01'04''54
FRENTE POPULAR DE NATAL	00'41''53	03'13''62

relH